

feudalismo, inexistente tanto em Portugal como no Brasil, e incapaz de resistir à modernização capitalista, a estrutura patrimonialista se mostrou adaptável às mudanças em curso na sociedade brasileira. O processo de independência, por sua vez, não consistiu numa guinada liberal, mas na reforma da monarquia, que continuou tutelando a nação, e modernizando-a. No Império, a atuação modernizadora do governo foi descrita por Faoro nos termos seguintes.

A intervenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades, comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros. A soma desses favores e dessas vantagens constitui a maior parte da atividade econômica, senão a maior na soma, a mais relevante e ativa, regulada, incentivada e só possível pela vida que o cordão umbilical do oficialismo lhe transmite. Atuante é a intervenção do Estado, secundária a presença dos particulares, agentes públicos mascarados em empresário (Faoro, 2001:496).

Na Primeira República, o núcleo modernizador se descentralizou e foi assaltado por interesses particularistas vinculados aos estados (Id.:606). Foi neste momento, de 1894 a 1930, com maior precisão, que o estamento político perdeu o controle sobre a sociedade. Esta se apresentou fragmentada em poderes estaduais, que se interagiram com uma pluralidade de poderes locais. O esquema modernizador tradicional, do capitalismo politicamente orientado, estava baseado na comercialização e no complexo exportador. A conciliação entre o capitalismo moderno, este voltado para a indústria, e o patrimonialismo, exigiu deste último um comprometimento com a produção, uma vez que o mercado interno se ampliava à época, alavancando a indústria. A economia da Primeira República incidia voltada para as exportações, sendo o café responsável por quase 70% desta. A adaptação do estamento burocrático à nova realidade econômica do país requereu dele o resgate do centralismo político. Assim foi sendo preparado o caminho para 1930. Para Faoro, “o trânsito de um tipo de modernização para outro tipo está vinculado ao Exército, cuja atividade política adquire substância e relevo na era republicana, depois de longo ostracismo imperial” (Id.:835). O intervencionismo militar em 1930, segundo o autor, buscou

“restaurar o vigor do Estado para gerar a indústria básica e o controle de forças sociais excêntricas à direção superior” (Id.:836).

A perspectiva modernizadora dos militares não teve o mesmo “sentido do velho estamento português-colonial e imperial”, mas se ajustou tanto ao curso da economia internacional como à guarda dos interesses da nação (Id.:626). A missão dos militares foi a de instituir o progresso do país, ultrapassando os limites do comercialismo. Assim, opuseram-se os militares às oligarquias estaduais cristalizadas no Poder, praticantes de um federalismo deletério à nação. Não que com isso, os militares estivessem, naquele momento, representando as aspirações das camadas médias urbanas em formação, argui Faoro.

O Exército não será o jacobino, o inimigo da oligarquia, o povo, a classe média, o abrigo dos políticos decepcionados. A força armada guardará sua identidade, a estrutura estamental, superior às contendas, fiel às tradições: no poder, ela concederá reformas e benefícios, mas não cederá nem se descaracterizará, superior na altura, às querelas transitórias. (...) A área onde se recrutam seus oficiais não lhes esclarece a orientação política: entre o aspirante e o chefe vai um longo caminho, durante o qual a personalidade será cunhada pela presença de valores próprios da corporação. A atração pela farda não indica a afinidade eletiva de uma classe para uma situação de poder (Id.:616).

Na perspectiva de Faoro, a realidade histórica do Brasil não pode ser compreendida pelo modelo marxista, que concebe o Estado como articulado à infraestrutura econômica da sociedade. Afastando-se de Marx, o estudioso herda de Weber o manancial explicativo para a forma patrimonial-estamental do Estado, que constitui, no seu entendimento, a engrenagem decisiva da formação nacional. Assim, o argumento de Faoro é em favor da “autonomia da esfera política, que se manifesta com objetivos próprios” (Id.:826). “O estamento”, nos seus dizeres,

por sobranceiro às classes, divorciado de uma sociedade cada vez mais por estas composta, desenvolve movimento pendular, que engana o observador, não raras vezes, supondo que ele se volta contra o fazendeiro, em favor da classe média, contra ou a favor do proletariado (Id.Ib.).

Procurando marcar a especificidade da trajetória brasileira, em razão da persistência do patrimonialismo na história do país, Faoro parece não ter se dado conta das alianças oligárquicas e da exclusão das camadas populares havidas no trânsito modernizado de países que consolidaram ordens democráticas, como Inglaterra, França e Estados Unidos. Embora o destino político do Brasil tenha sido outro no pós-1930 – o Estado autoritário – a experiência histórica do país, além do que lhe foi próprio, guardou certas semelhanças com aquelas sociedades. Isso significa que tanto no Brasil como nas formações sociais onde a democracia triunfou, a passagem para a modernidade esteve comprometida com processos oligárquicos.

II. 4. Considerações Finais

À guisa de conclusão deste capítulo, e com base no que foi exposto acima, pode-se fazer algumas considerações que serão válidas para o que se segue.

Grosso modo, a modernização pode ser tomada de duas formas distintas, a considerar as proposições de Moore (op.cit.). Primeiro, como um processo não premeditado, involuntário, que arrastou as elites agrárias para dentro da dinâmica expansiva e incontornável da burguesia. Assim, elas foram obrigadas a se ajustar ao industrialismo crescente, sem com isso renunciar suas antigas posições sociais. No limiar da implantação da indústria moderna, as classes agrárias superiores destilaram sua visão de mundo e estilo de vida sobre a burguesia ascensional, ao mesmo tempo em que absorveram dela o espírito negociista. Em outro sentido, a modernização se instalou como atitude voluntária, programada, e dessa maneira, foi empreendida por uma classe ou fração de classe, “do alto para baixo”, com a exclusão das camadas inferiores da sociedade. Consistiu assim numa política deliberada de Estado, conciliadora ao mesmo tempo, na medida em que pretendia aplacar as tensões entre os diferentes grupos sociais envolvidos, e desenvolver as atividades do conjunto da classe dominante. De um modo ou de outro, nos casos apontados, as relações entre as classes tradicionais agrárias e

as classes ascendentes ligadas aos setores urbanos não se deram na forma de tensões sociais inconciliáveis, como sustenta parte outra da literatura marxista.

Também no Brasil não houve contradição expressiva de classe entre agrários e industriais no país. Pelo menos não entre o período de tempo em que se inscreve este estudo. À burguesia industrial brasileira faltou empuxe revolucionário (e interesse) para derrocar a ordem rural conservadora. É isso o que sustenta parte da literatura sobre o assunto, que aponta: a ausência de rivalidade entre industriais e agrários até a Primeira Guerra Mundial (Dean, *op.cit.*); o servilismo da burguesia industrial em relação aos cafeicultores, e sua falta de consciência de classe (Carone, *op.cit.*); a posição de neutralidade dos industriais, por não querer incorrer nos riscos da ruptura com uma classe poderosa e tradicional, que mantinha submissa as camadas subalternas da sociedade (Vianna, 1999). Além do que estampa esse último argumento, a relativa falta de antagonismo de classe na camada alta da sociedade decorreu da estreita dependência da indústria emergente em relação aos negócios do café, fato esse observado por Fausto (2006).

No Brasil, conforme informa Faoro, a modernização se deu como processo voluntário, vindo “de cima”. A política inicial de colonização do território brasileiro foi a criação de capitânicas hereditárias, concedidas à exploração privada. Já no Império, esse sistema foi substituído pela centralização administrativa, tônica do novo regime. Embora o Estado imperial não pudesse ser definido como absolutista, dada a criação do sistema parlamentar pela Constituição de 1824, essa mesma conferia ao imperador a faculdade de nomear e demitir ministros, e ainda a chefia do Executivo. O centralismo recrudescu no período regencial, iniciado com a renúncia de Dom Pedro I em 1831. A partir daí, de norte a sul do país, irromperam revoltas regionais, que ameaçavam a integridade territorial e política. Para conter as rebeliões, a Regência, tendo à frente o padre Diego Antônio Feijó, instituiu com o Ato Adicional de 1834, que reforçou o poder do monarca (Weffort, 2006:181-182).¹³ Parte desta contra-ofensiva foi a criação de

¹³ Weffort observa que, como consequência ou não do Ato Adicional, as revoltas se irradiaram das capitais para as provinciais, a partir de meados da década de 1830. As revoltas mais significativas irromperam na Bahia (Sabinada; 1837-1838), no Pará (Cabanagem; 1835-1840), no Rio Grande do Sul (Farroupilha; 1835-1845) e no Maranhão (Balaiada; 1838-1841) (Id.:182).

uma força militar relativamente autônoma nas regiões, ligada aos proprietários rurais – a Guarda Nacional.

A centralização política dos primeiros tempos e do Império, ligado aos ideais territorialistas de defesa da unidade nacional, acabou fragmentando a sociedade em domínios locais. A fim de proteger a ordem pública contra os seus “inimigos”, e aplacar os rebeldes nas áreas mais afastadas do país, o Estado fora obrigado a descentralizar o poder militar, aumentando assim a tendência centrífuga em direção aos domínios privados, quase independentes.

O centralismo político que marcou todo o Império persistiu nos primeiros anos da República. A repressão às revoltas populares, entendidas pelos militares como associadas a interesses monarquistas,¹⁴ foram tão duras nos governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891), de Floriano Peixoto (1893-1894) e de Prudente de Moraes (1894-1898) quanto no tempo do Império. A extinção dessas rebeliões ao fim do governo de Prudente de Moraes preparou o país para o governo das oligarquias dos estados de São Paulo e Minas Gerais, sob o predomínio dos interesses agroexportadores.

Com base nessa visão, a sociedade brasileira, da sua fase de formação aos anos 1930, não pode ser caracterizada de outra maneira senão como tradicional, comprometida com o capitalismo comercial e exportador de produtos primários, como destaca Faoro (2001:606). Assim, os esforços para a industrialização do país foram esmagados pelo peso da estrutura econômica e social do agrarismo conservador.

Apesar de insistir na herança portuguesa de um Estado centralizado e patrimonialista, Faoro adverte acerca das tendências centrífugas que acompanharam a história política do Brasil. A República reforçou essa tendência, permitindo às antigas províncias, agora transformadas em estados, atuar com mais independência do que antes face ao poder central.

¹⁴ São dos primeiros anos da República a rebelião de Canudos, na Bahia (1880-1897), a Revolta da Armada (1893-1894), que começa no Rio de Janeiro e depois se irradia pela Região Sul, e ainda a Revolta Federalista (1893-1895), no Rio Grande do Sul.

A tensão entre centralização e descentralização teve como um de seus resultados a formação de estrutura militar cindida. De um lado, o Exército regular e burocrático; de outro, forças armadas semiprivadas e irregulares, em conexão estreita com os aristocratas locais. Na origem desta cisão está a política colonial de ocupação do território brasileiro. A fim de conquistar, manter e expandir o território, a Coroa portuguesa delegara poderes militares aos senhores de terras, responsáveis pelo recrutamento da população local e sua organização em companhias de ordenanças (Sodré, op.cit.:59). As bandeiras compreendiam também uma modalidade de organização militar irregular,

“que desempenham misteres variados, de defesa territorial, de policiamento interno, como na destruição dos quilombos, de apresamento de indígenas e de expansão territorial com a mineração” (Id.:60).

A militarização dispersa do país fora devida à falta de meios materiais do poder central para cobrir com sua autoridade a imensidão do território, com focos de tensão social disseminados, alguns já em aberta rebeldia. Isso se tornou evidente no tempo das rebeliões provinciais, mencionadas acima, assim como no caso da região sulina conflagrada. Ali, dada a importância política da fronteira, a Coroa mobilizou militarmente a população, comandada pelos estancieiros da região, transformados em caudilhos. Para proteger o território, o gado e as áreas de pastagem, é criado em 1680, no rio da Prata, a Colônia de Sacramento, considerada o mais importante entreposto militar do país (Schwartzman, op.cit.:65-66).

A estrutura militar fragmentada, com a concomitante dispersão dos meios de violência, esteve ancorada no regime da grande propriedade e da economia de exportação. Nem a independência nem a República modificaram esta realidade. Sem indústria desenvolvida e nem tampouco domínio militar exclusivo sobre o território, o Estado brasileiro nada tinha em comum com os Estados-nação modernos, se se considerar que para Giddens essa estrutura política se fundamenta no binômio industrialismo e centralização da violência. Enquanto

essa situação persistiu, amargou o Exército nacional na falta de meios materiais e preparo para exercer plenamente seu papel de agência repressora estatal. Não era de se estranhar, portanto, que uma corporação que se define profissionalmente por sua relação com a violência reagisse contra esse estado de coisas.

O compromisso com a defesa e a grandeza nacionais, que orientara a política territorialista nos primeiros três séculos da história do Brasil, foi mantido pelo Exército, só que não mais em sacrifício da modernização, como antes, mas em ampla associação com ela. A participação do Exército nos acontecimentos de 1930 revela a importância da ruptura com o sistema agroexportador para a corporação. Não que estivesse nos planos dos militares daquela arma uma mudança no estatuto do monopólio da terra. Sua ação revolucionária e modernizadora tinha um caráter nitidamente conservador. A luta dos militares contra o agrarismo exportador era muito mais no sentido de conferir predominância à produção industrial e quebrar o monopólio de comando da elite agrária sobre o aparelho de Estado. O projeto industrializante dos militares era assim não só econômico como também político. Político também porque, como sugere Giddens, as mudanças infraestruturais trazidas em cena pelo industrialismo ajudam a dissolver o caráter fragmentado das sociedades tradicionais (Giddens, 2007:182).

No ideário da facção militar que pensou e lutou pela modernização brasileira, nos termos que se apresenta e se defende neste trabalho, o capitalismo industrial e o controle dos meios de violência foram as duas faces da mesma moeda.

III. CAPÍTULO II

OS MILITARES E A SOCIEDADE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

III. 1. Introdução

Este capítulo trata da abordagem de modelos teóricos relativos às relações entre a corporação militar e a sociedade moderna. Na ampla e diversificada literatura sobre a temática, elegeu-se, tendo em vista os objetivos pretendidos, quatro perspectivas que devem ser apresentadas e analisadas criticamente.¹⁵

A primeira perspectiva compreende os militares, na etapa moderna, como grupo burocratizado, cuja tarefa principal consiste na aplicação eficiente da violência estatal. Nessa visada, a corporação militar goza de autonomia em relação ao restante da sociedade, uma vez que sua especialidade consiste, essencialmente, no emprego da força física do Estado. Esse enfoque encontra-se, seminalmente, nos primeiros trabalhos desenvolvidos pelo cientista político norte-americano Samuel Huntington (1996).¹⁶ Variante dessa abordagem conduz ao entendimento de que os militares atuam como agentes modernizadores e estabilizadores da ordem política, já que, como constituem instituição refratária às articulações de interesses que se desenrolam na sociedade, estão especialmente aptos para agirem como força burocrática modernizante, como construtores da nação (Stepan, 1975:11). Essa corrente é representada particularmente pelos cientistas sociais norte-americanos que se debruçaram sobre os processos de modernização na América Latina a partir do final dos anos 50 e nas décadas de 60 e 70.¹⁷

A segunda corrente procura caracterizar a corporação militar como um segmento da elite do poder. Dentro desta perspectiva, as forças armadas, embora

¹⁵ Por certo haverá outras, como a desenvolvida por José Nun (1967), que propõe que o protagonismo militar seja entendido como vinculado às classe médias na América Latina. A argumentação aqui desenvolvida descarta outras abordagens relativas ao protagonismo marcial devido sua baixa relevância em relação aos objetivos pretendidos neste capítulo.

¹⁶ A data indica a edição brasileira. O livro *The Soldier and the State* foi publicado pela primeira vez em 1957.

¹⁷ A síntese apresentada aqui dos autores alinhados a tal escola baseia-se em Feres Jr. (2005).

sujeitas a um processo de especialização, têm no topo de sua hierarquia parte da elite de uma dada sociedade (Mills, 1968).

A terceira linha interpretativa, de derivação marxista, entende a participação dos militares como membros de dado aparelho de Estado – o aparelho repressivo –, no qual as forças armadas ocupam posição central. Considerando que os aparelhos estatais têm, segundo o esquema teórico proposto por Marx e Engels, como principal tarefa a manutenção e a reprodução de um dado sistema social, a ação política da corporação castrense é dada, em última análise, pelas forças sociais dominantes que embasam o poder do Estado. Esse viés interpretativo encontra-se em maior medida nos textos de Friedrich Engels, que se aproximou mais do problema militar do que o próprio Marx, sem, no entanto, deixar de buscar no companheiro a inspiração teórica e metodológica para seus escritos. Às ideias centrais de Engels alinham-se, entre outros, autores como Miliband (1973) e Figueiredo (1983), embora cada um deles as interprete peculiarmente.

Já de acordo com a quarta moldura teórica, os militares formam comunidade endógena ou estamental. De modo geral, o estamento é depositário de certa honra ou prestígio social, que inclui estilo específico de vida. Coincide também com monopólios de certos bens, materiais ou ideais. Entre tais bens estão o privilégio de usar determinada indumentária e o de portar armas, típicos das organizações militares de uma maneira geral (Weber, 1974:223). A apropriação monopólica da violência é, precisamente, a intenção básica do estamento militar. Essa corrente enfatiza também a tendência à racionalização que tomou forma nas sociedades modernas ocidentais, e que encontrou sua expressão mais típica na burocracia. Como instrumento impessoal de execução de serviços, a burocracia solapou os privilégios honoríficos dos grupos estamentais. Paradoxalmente, reforçou a tendência exclusivista dos estamentos ao dotar seus membros de conhecimentos técnicos específicos que os distanciaram do público geral. A burocracia promoveu ainda a separação entre o quadro administrativo funcional e os meios materiais de administração. Assim, a burocratização dos exércitos correu junto com a concentração dos meios de violência nas mãos do titular do poder político. Em termos seminais, essas ideias

refletem os trabalhos desenvolvidos por Max Weber sobre o assunto. É com base nessa quarta corrente teórica que se pretende caracterizar a inserção dos militares reformistas na conjuntura social e política brasileira entre 1870 e 1930.

Este capítulo divide-se em duas partes. A primeira expõe e analisa as diversas abordagens acima indicadas. A segunda tece considerações conclusivas, indicando os aspectos negativos e/ou positivos de cada abordagem no tocante à questão principal que norteia o trabalho.

III. 2. Perspectivas teóricas

III. 2.1. Samuel Huntington: os militares como burocratas das armas

A ideia do militar como categoria profissional distinta de todas as outras, presente em Samuel Huntington, remonta, na sua versão mais antiga, à filosofia social de Platão (c. 429-347 a.C.). Considerando que “é impossível a um só homem exercer convenientemente várias profissões”, segundo o princípio da divisão do trabalho social, o pensador helênico atribui a condução da guerra a um exército de soldados profissionais. Na Cidade ideal platônica, os guerreiros ocupam uma posição diferenciada das demais classes, a dos produtores econômicos (agricultores, pastores, artesãos e comerciantes) e dos governantes-filósofos, situando-se abaixo destes e acima daqueles em termos hierárquicos. Para Platão, o guerreiro pode tanto servir a Cidade, como servir-se dela; em outras palavras, ou ele é servidor, e nesse caso não exerce outra atribuição além da sua própria, a da guerra, ou é senhor, e aí extrapola os limites estreitos da sua competência. No primeiro caso, o guerreiro age de acordo com a Justiça;¹⁸ no segundo, injustamente.

Na teoria das formas de governo, a Cidade dirigida pela classe militar é a timocracia, situada entre a aristocracia, que corresponde à forma ideal, o regime

¹⁸ Platão entende por Justiça a distribuição de papéis sociais adequados às aptidões naturais de cada indivíduo. Assim, a Cidade só pode ser justa, e a política estar voltada para o Bem, quando os filósofos governam, os trabalhadores econômicos produzem (os bens necessários à subsistência da Cidade) e a classe dos militares guerreia.

dos sábios, e a oligarquia, onde somente a riqueza e os ricos são venerados. Na timocracia, os guerreiros exercem o poder político no lugar dos filósofos, os melhores (*aristói*), e é essa a causa da corrupção do regime. A paixão dominante do homem timocrático é o desejo de honrarias e de comando. Privado da virtude da palavra ou de qualquer outra do mesmo gênero, o timocrata governa pela arte militar. Na realidade histórica, a timocracia representa, como afirma Platão, o governo de Esparta, onde os guerreiros são cultuados acima das outras classes.¹⁹

Ocupando o patamar acima do governo timocrático, no sistema de Platão, a aristocracia corresponde ao governo dos doutos, dos filósofos. Numa aproximação da realidade brasileira, ao tempo do Segundo Reinado, a aristocracia descrita pelo pensador grego corresponderia, essencialmente, ao governo dos bacharéis, dos doutores em Ciências Jurídicas, os “casacas-bacharéis” que constituíam a maior parte da elite política do país e causavam forte desconfiança nos oficiais do Exército geral.²⁰ A analogia parece razoável, bem como o paralelo entre a participação de todos os cidadãos espartanos na educação militar, antes reservada apenas à nobreza, e a profissionalização do corpo de oficiais no Brasil, que permitiu o acesso de novos elementos da sociedade à carreira das armas a partir da segunda metade do século XIX. Tanto aqui como na Lacedemônia, guardadas as particularidades de cada caso, houve uma mudança na distribuição dos meios de violência, que afetou o predomínio original da nobreza sobre os mesmos.

Uma apreciação recente dos militares como categoria profissional que se caracteriza, essencialmente, por sua organização burocrática e hierarquizada, encontra-se no estudo de Huntington. O conceito-chave utilizado pelo autor norte-americano sobre a corporação militar é o de profissionalização. Huntington define o profissionalismo de uma maneira genérica com base em três aspectos essenciais: especialização, responsabilidade e corporatividade. A especialização profissional é a base de padrões de competência, que separa os peritos e os leigos. Faz parte da tradição cultural de uma sociedade, e é fornecida pelas instituições especiais da profissão. A responsabilidade profissional é a utilização

¹⁹ A síntese aqui exposta baseia-se no Livro VIII do diálogo platônico de *A república* (375 a.C.) que, como se sabe, é uma descrição da república ideal (Platão, 2006).

²⁰ Essa rivalidade será melhor comentada no próximo capítulo deste trabalho.

da especialidade na prestação de serviços essenciais à sociedade, sem pretensão de recompensa financeira. Nesse sentido, toda responsabilidade profissional é, em certa medida, também social. Finalmente, a corporatividade consiste no senso de unidade orgânica como um grupo de formação especial, distinto dos leigos. Aplica-se numa organização profissional que adota padrões de competência profissional e de responsabilidade social. É típico das profissões burocráticas, com elevado nível de especialização do trabalho e de responsabilidade profissional, como é o caso da diplomacia e das forças armadas (Huntington, 1996:26-28).

Huntington coloca que o surgimento de uma ética profissional militar remonta ao século XIX, com a reforma do Exército prussiano. A especialidade característica do oficial moderno, e que o distingue de todos (ou de quase todos) os civis, é a “administração da violência”. Dado o grau de complexidade das atividades militares, ou seja, a variedade das formas de emprego da violência, na civilização moderna a profissão militar passou a exigir um nível de treinamento e experiência comparativamente maior do que em qualquer outra profissão. O perito das armas tem como alvo exclusivo a segurança militar da sociedade (Huntington, 1996:30-31). O militar emprega a violência através do Estado, que tem o monopólio dessa profissão. Isso quer dizer que somente ao Estado compete aplicar a violência²¹ através do seu aparato repressivo, no qual ocupam os militares destacada posição. A principal motivação do oficialato militar, coloca Huntington, reside tanto no desejo de aperfeiçoamento técnico como no senso de responsabilidade social (Id.:33).

Outro aspecto da profissão militar destacado pelo estudioso é o caráter corporativo do oficialato moderno. Isso faz com que somente os membros da corporação militar possam exercer a profissão. Nas palavras de Huntington, “o oficialato é, ao mesmo tempo, uma profissão e uma organização burocrática”. O lugar de cada membro na estrutura burocrática da corporação é definido pelos

²¹ Aplicando uma análise histórica e sociológica do processo de concentração de poder característico dos grandes Estados territoriais, Max Weber (1864-1920) define o Estado (no sentido “moderno” da palavra) como um grupo político que se vale do monopólio da coerção física legítima sobre um determinado território. Na concepção de Weber, o “monopólio da violência legítima” está intrinsecamente associado ao atributo da soberania, uma vez que somente através desse monopólio é possível o Estado exercer um poder acima de todos os outros (Bobbio, 2000:135).

critérios de experiência, antiguidade, formação e qualidade. A hierarquia militar se estende desde o soldado até o oficial de maior posto. A diferença fundamental entre o corpo de praças e o oficialato é que o primeiro especializa-se na aplicação da violência e o segundo na administração dela (Id.:34-36).

Huntington caracteriza, em linhas gerais, a ascensão da profissão militar na sociedade ocidental. Dos primórdios do feudalismo ao final do século XVII, como coloca, o tipo predominante era o oficial mercenário,²² que transferia seus serviços a quem lhe pagasse melhor. A guerra na Europa era um empreendimento privado, conduzido por senhores feudais que devastavam o continente (Id.:39). Disciplina e responsabilidade eram inexistentes nos meios militares. Com a formação dos Estados nacionais europeus, os monarcas sentiram a necessidade de forças militares permanentes para proteger seus domínios territoriais – antes disso, os milicianos eram recrutados somente em casos de necessidade. Assim, o controle nacional das atividades guerreiras substituiu o controle privado; o amador aristocrático, o oficial mercenário (Id. Ib.).

Huntington aponta a Prússia como a iniciadora da profissão militar no Ocidente. Antes da criação do Estado-Maior prussiano, no início do século XIX, não havia critérios regularizados para promoções e ingresso no oficialato. Os postos de oficiais eram ocupados *in totum* pela pequena nobreza rural, em razão da renda e do prestígio social do grupo (Id.:41).

Na observação do autor, a profissionalização militar permitiu a qualquer indivíduo de qualidades e conhecimentos ocupar o posto mais elevado da corporação. Apesar de abolida a distinção de classe nos círculos militares, pode-se notar que o acesso ao oficialato continuou limitado aos grupos sociais de maior renda, dado os níveis de educação geral e específica requeridos.

Os estudos de Huntington também contribuem para a chamada teoria da modernização, cujos autores, incluindo o próprio estudioso, concedem especial

²² Na Itália, os comandantes das tropas mercenárias eram conhecidos como *condottiere*, pois recebiam um contrato (*condotta*) para conduzir o exército mediante pagamento em terras. Como observa Nicolau Maquiavel (1469-1527), o *condottiere* era uma ameaça constante pairando sobre a cabeça do príncipe: se fosse bom demais, poderia aspirar a glória; por outro lado, se fosse ruim, poderia trazer a ruína ao senhor que o contratou. O *condottiere* poderia ainda “virar a casaca” no meio de uma batalha se recebesse uma oferta maior do outro lado.

ênfase ao problema da estabilidade política nos países subdesenvolvidos.²³ Huntington argumenta na linha contrária da literatura sócio-científica, que considera o desenvolvimento econômico como fator de promoção da ordem, e assim chama a atenção de acadêmicos e políticos para as nefastas conseqüências políticas da modernização econômica. As mudanças sociais advindas da modernização – urbanização, aumento da alfabetização, industrialização e comunicação em massa – “enfraquecem fontes tradicionais de autoridade política e instituições políticas tradicionais e complicam enormemente a tarefa de criar novas bases de associação política e novas instituições políticas que combinem legitimidade e efetividade” (Huntington apud Feres Jr.:140-141).

Procurando justificar o apoio norte-americano dado às ditaduras militares anticomunistas nos países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina, o estudioso considera que, nessas sociedades, a ordem política deveria preceder à democratização do sistema político. Assim, a função de controle da sociedade deveria ser exercida por cidadãos estranhos aos círculos políticos tradicionais, os militares. Somente os militares poderiam desempenhar o papel de agentes modernizadores. Como coloca, “no século XX a profissionalização do corpo de oficiais produziu um comprometimento ainda maior com a modernização e desenvolvimento nacional e também transformou o perfil típico da participação militar na política, do líder individualista para a junta coletiva” (Huntington apud Feres Jr.: 145).

Outros importantes estudiosos norte-americanos também identificaram os militares como agentes cruciais no processo de modernização dos países subdesenvolvidos. É o caso do cientista político Lucian Pye, em *Armies in the Process of Political Modernization* (1972), e do latino-americanista John J. Johnson. Este caracteriza os militares como burocratas estatais, cujo poder aumenta com o avanço da modernização. Assim, os oficiais militares se distanciam cada vez mais dos grupos de poder tradicional, o que é devido, no seu entendimento, a três motivos. Primeiro, à crescente profissionalização da carreira militar, “que oferece a elementos do setor intermediário uma fonte atraente de renda e estabilidade de emprego”. Segundo, o alargamento das relações políticas

²³ Esse é o ponto de vista de Feres Jr., para quem, melhor dizendo, a literatura da estabilização política deve ser considerada como um desdobramento da teoria da modernização (Feres Jr., op.cit.:134).

entre os militares e os setores intermediários, dificultando, assim, a influência das elites tradicionais sobre a categoria. E por último, à adesão dos militares ao projeto de crescimento industrial dos setores intermediários (Id.:149). Johnson coloca que o processo de modernização golpeou duramente o militarismo associado aos interesses aristocráticos tradicionais. O militarismo é caracterizado aqui como uma forma tradicional de política personalista superada até certo ponto pelas mudanças estruturais da modernização. Assim, sustenta que os avanços da ciência e da tecnologia modernas ajudam a forjar uma nova concepção acerca do papel das forças armadas no governo e na sociedade. Johnson coloca ainda que a nova conscientização política militar se deve também aos programas de treinamento de militares latino-americanos nos Estados Unidos, onde os alunos desenvolvem uma consciência democrática. Sugere com isso que a nova classe de oficiais formada nas academias norte-americanas estaria predisposta a lutar contra as aspirações golpistas e totalitárias de colegas afeitos ao militarismo (Id.:150-151).

Johnson, assim como Huntington, chama a atenção para os perigos da instabilidade política desencadeada pelo processo de modernização na América Latina. Para o autor, a modernização propicia um cenário favorável para a insurreição revolucionária na região, porquanto, no seu entendimento, exacerba a “revolução de expectativas crescentes”. Em contrapartida, as instituições democráticas não são capazes de impedir a revolução social; ao contrário, favorecem-na ainda mais ao intensificar a participação política por meio da representação (Id.:152-153). Nesse quadro de insegurança, Johnson confia a ordem política às forças armadas, “a única força capaz de contrapor a demagogia desenfreada” (Johnson apud Feres Jr.:154). Na visão do autor, os militares podem contribuir mais para a modernização do que os burocratas civis, pois, ao contrário destes, estão comprometidos com causas nacionalistas (Id.Ib.).

Outra contribuição importante para a teoria da modernização é a de Lyle N. McAlister. Em sintonia com Johnson, o estudioso considera os militares latino-americanos mais capacitados do que seus colegas civis no exercício de funções administrativas. Também de acordo com Johnson, MacAlister coloca que os

militares se destacaram como agentes modernizadores devido ao seu envolvimento com ciência e tecnologia (Id.:155).

O problema crucial para os citados especialistas norte-americanos em América Latina é, conforme os apontamentos de Feres Jr., o de como promover a estabilização política em países que estão vivenciando processos de desenvolvimento econômico. A conclusão a que chegam esses autores é basicamente a mesma. Pensam que os países da América Latina só podem ser salvos da desordem por militares alinhados com os Estados Unidos. A intervenção das forças armadas na política é, nesse sentido, justificada pelos teóricos da estabilidade como necessária para combater os malefícios da modernização. A solução apontada coincide – não por acaso – com os imperativos da política externa norte-americana em relação à América Latina durante a Guerra Fria, que se resumia a impedir a difusão do comunismo e a promover a democracia através da ajuda militar (Id.:163-164).

III. 2.2. Wright Mills: os militares como membros da “elite do poder”

Numa outra linha interpretativa, e empregando uma análise histórica e sociológica da sociedade americana contemporânea, Wright Mills entende os oficiais militares como um grupo seleto de pessoas que faz parte da “elite do poder”. Segundo Mills, a elite do poder é composta por homens que ocupam posições-chave em três grandes setores da sociedade: o econômico, o político e o militar (Mills, 1968:14-15). Dessas estruturas emanam decisões que afetam de um modo geral a vida dos homens comuns. Ademais, os ocupantes dos postos de comando nessas três ordens integram uma mesma classe social, compartilhando valores e lealdades que tornam integrada a administração da sociedade.

Por elite Mills entende “um conjunto de altas rodas, cujos membros são selecionados, preparados e comprovados, e aos quais se permite acesso íntimo aos que comandam as hierarquias institucionais impessoais da sociedade moderna” (Mills, 1968:24).

Numa visada histórica, Mills observa que a centralização e o monopólio da violência pelo Estado nacional transformaram o homem da guerra em membro do exército nacional permanente, sujeito ao controle da autoridade civil de um chefe do Estado (Mills, 1968:208). Na concepção do autor, a subserviência dos militares ao poder civil não está envolvida em mistério, mas pode ser explicada pela própria estrutura hierárquica e organizativa do Exército nacional. Duas razões são apontadas. A primeira é a distinção entre oficiais e soldados, sendo os primeiros selecionados entre as camadas sociais dominantes, ou entre aqueles que com ela se identificam. Isso teria por efeito a reprodução do “equilíbrio de forças dentro dos estratos dominantes” no exército permanente. A segunda razão é o desejo pelo prestígio social e pela ascensão na hierarquia institucional, além do desprezo pela política, vista como um jogo de interesses pela falta de um código de honra rigoroso (Id.:209-210).

Mills sustenta que o profissional militar é absorvido completamente pela hierarquia em que vive, tendo sua identidade social anterior apagada por um treinamento rotineiro e padronizado, de maneira que tanto faz “ser filho de um carpinteiro ou de um milionário” (Id.:231-232). Em suas palavras,

o mundo militar influi decisivamente sobre seus habitantes porque seleciona os recrutas cuidadosamente e destrói seus valores anteriores. Isola-os da sociedade civil e padroniza sua carreira e comportamento durante toda a vida. Dentro dessa carreira, a rotatividade de comissões contribui para a identidade de conhecimentos e sensibilidade. E dentro do mundo militar, uma alta posição não é apenas um posto e nem mesmo o auge da carreira – é claramente uma forma total de vida desenvolvida dentro de um sistema disciplinar que abrange tudo. Absorvido pela hierarquia burocrática em que vivi, e da qual lhe vem o caráter e a imagem que de si faz, o militar se afunda nela com frequência, ou como um possível civil, por ela é afogado (Id.:233-234).

Numa rápida apreciação do papel dos militares nos Estados Unidos, desde a formação do país até o seu momento atual, o estudioso observa que somente a partir do bombardeamento da base americana de Pearl Harbor os militares passaram a ganhar prestígio e influência naquela sociedade. A queda das potências do Eixo, com o fim da Segunda Guerra Mundial, contudo, não reduziu o

poder dos militares nas décadas subseqüentes. No pós-guerra, ao contrário, a participação das forças armadas nas questões nacionais aumentou ainda mais com os novos meios de violência empregados pelos Estados Unidos e sua poderosa rival, a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Sempre tendo como foco de análise a América dos seus dias, Mills chama a atenção para o envolvimento crescente dos militares profissionais em assuntos de natureza econômica e política. Aceitos tanto pela massa da população americana como pelas outras elites do poder, os oficiais militares penetraram especialmente nos meios diplomáticos e empresariais, influenciando em suas decisões (Id.:238).

O envolvimento dos militares na vida política da América explica-se, segundo Mill, pelas omissões dos civis, que se aproveitam do preparo e da experiência adquiridos na caserna. O que se entende com base nas colocações do autor é que os militares profissionais em geral são “arrastados” para a arena da política, uma vez que acreditam na sua visão das coisas e se sentem apreensivos com os destinos do país, a despeito daqueles que procuram obter vantagens particulares nesse meio (Id.:240-241). Os militares sabem assim que a política não é o seu lugar, mas se sentem inteiramente aptos a realizá-la diante do colapso da diplomacia civil nos anos do pós-guerra.

Na arena da economia, a importância da organização militar é também crescente na avaliação de Mills. Dada a natureza da guerra moderna, os laços entre o poder militar e o econômico estreitaram-se enormemente. Somente tomando parte das decisões das empresas é que poderiam os militares “ter certeza de que os seus programas seriam realizados; e se os dirigentes das empresas não conhecessem um pouco dos planos de guerra, não poderiam planificar a produção bélica” (Id.:254). Nesse sentido, é revelador o aumento dos gastos governamentais com despesas militares e o ingresso de generais e almirantes reformados no quadro executivo de grandes empresas. Na interpretação de Mills, a interface entre os setores militar, político e econômico americanos indica uma “coincidência de interesses” e uma “coordenação de objetivos” (Id.:267).

III. 2.3. Marxismo: os militares como “comitê armado da burguesia”

No enquadramento teórico do marxismo, a “elite do poder” não se encontra articulada nos três grupos sociais apontados por Mills, mas numa única classe dominante, a dos detentores do poder econômico que, em virtude disso, é capaz de utilizar a força coercitiva do Estado para a dominação da sociedade como um todo. Nesse sentido, as ordens militar e política seriam apenas emanações da ordem econômica.

Embora não tenha elaborado um estudo sistemático do Estado – e tampouco dos militares – como de resto não chegou a formular uma teoria política pronta e acabada, há, em quase todas as obras de Karl Marx, referências constantes ao aparelho estatal e a seus órgãos repressivos, dos quais se destacam as forças armadas. De um modo geral, Marx compreendeu o Estado como o poder repressivo de uma classe – economicamente dominante – organizado para oprimir outras classes. Tal conceituação também se encontrava presente nos textos de Engels.

Partindo da idéia básica de Marx de que as relações econômicas estão nas entranhas do próprio Estado, Engels elabora uma “teoria orgânica” do problema do Estado.²⁴ Segundo ele, o poder estatal não existiu desde sempre, mas aparece no momento em que a sociedade se divide em classes. Dessa divisão resultam os antagonismos de classe, bem como a necessidade de contê-los. O Estado nasce, assim, com a finalidade de abafar as contradições sociais que, de outro jeito, arruinariam a própria estrutura da sociedade, e de defender os interesses da classe que controla a produção. Em todos os períodos que tenha havido, coloca Engels, o Estado foi “o Estado da classe dominante e em todos os casos permanece essencialmente máquina para a repressão da classe oprimida, explorada” (Engels, 1985:372). Tal organização política, o Estado, possui duas características. A primeira é a distribuição dos seus súditos segundo o território,

²⁴ Sobre esse tema Engels publicou, em 1894, uma obra famosa, intitulada *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1985).

que substituiu a antiga organização por linhagem da sociedade gentílica. A segunda característica é “a instituição de um poder público que já não coincide, imediatamente, com a população que se organiza a si própria como força armada”. Essa força pública resulta da cisão da sociedade em classes, que impossibilita uma organização armada da população, e é constituída “não apenas por homens armados, mas também por aditamentos materiais, prisões e instituições coercitivas de todos os tipos” (Id.:367).

Essas proposições acerca do Estado e da sua força coercitiva fornecem indicações para uma conceituação de base marxista dos militares. Nessa visada, as forças armadas são interpretadas a partir do Estado e das classes sociais que o controlam. Isso significa que os militares não podem ser pensados fora do contexto vivido da trama estatal e dos conflitos de classe. Por outro lado, ainda conforme o modelo marxista, a organização interna da corporação militar é em última instância determinada pelo estágio de desenvolvimento da produção alcançado por uma dada sociedade.

Procurando tratar do problema da violência, Engels assinala que o emprego desta pressupõe, antes de tudo, que a produção tenha alcançado certo grau de desenvolvimento. O teórico toma como exemplo a escravização de Sexta-Feira por Robinson Crusóé, personagens célebre do romance de Deniel Defoe, e considera que sem a posse de certos meios materiais um não teria como usar a violência contra o outro. Em outras palavras, a escravização de Sexta-Feira por Crusóé é um ato de violência e, nessa qualidade, um ato político, que tem como ponto de partida a desigualdade na posse de bens (Engels, 1976:21). Ainda com base no exemplo de Robinson e Sexta-feira, Engels procura demonstrar que a violência é apenas o meio de cujo fim é o proveito econômico. Assim, o naufrago a emprega “como meio para saciar o seu estômago” (Id.:23).

Dentro dessa visão, a organização da violência numa dada estrutura social depende em última instância do grau de desenvolvimento das relações de produção. Nas suas palavras,

a violência é condicionada pela situação econômica, tendo esta de dotar a violência com os meios necessários para conservá-los. Mas as coisas não ficam por aqui. Nada depende tanto das condições econômicas prévias como o exército e a marinha. O armamento, a composição do exército, a organização, a técnica e a estratégia dependem, primeiro que tudo, do nível de produção atingido e do sistema de comunicações (Id.:34).

Assim, continua ele,

... a introdução da pólvora e das armas de fogo não foi de modo nenhum um acto de violência, mas sim um progresso industrial, e, por conseguinte, econômico. A indústria não sofre alteração, quer se aplique à produção quer seja destinado à destruição de objetos. E a introdução das armas de fogo não só influi na própria condução das guerras, como também das relações políticas de poder e opressão (Id.:35).

Pode-se assim sintetizar a concepção marxista concernente ao problema do Estado e da aplicação da violência nas sociedades de classe em geral, e mais particularmente nas sociedades capitalistas, esquematicamente, da seguinte forma:

1. a não ser no estágio do chamado comunismo primitivo, os indivíduos organizam-se em dois grupos distintos: uma classe dominante e uma ou mais classes a ela subordinadas;
2. a primeira se caracteriza pela posse dos principais instrumentos de produção econômica (infraestrutura). Tal supremacia da classe de possuidores projeta-se tanto no plano político-ideológico, que controla a produção e a circulação de ideias, como no controle da força policial e militar (superestrutura);
3. há um choque de interesses permanente entre a classe dominante e a(s) classe(s) dominada(s) a ela subordinadas. A natureza e a direção desse conflito são condicionadas, fundamentalmente, pelo desenvolvimento das forças produtivas através das mudanças tecnológicas;

4. é nas sociedades capitalistas, em razão do seu notável dinamismo, que provoca extraordinária concentração de riqueza, onde se intensifica a polarização dos conflitos de classe;
5. em virtude do agravamento das contradições sociais, a classe mais poderosa, economicamente dominante, e dominante também politicamente, amplia os mecanismos de coerção estatal (exército, polícias e magistratura) a fim de manter subjugadas as demais classes, e explorá-las.²⁵

Alinhado ao esquema teórico do marxismo, o cientista político Ralph Miliband identifica os militares como parte integrante do aparelho estatal.²⁶ Para uma compreensão mais alargada das sociedades capitalistas avançadas, considera necessário analisar as relações entre o Estado e a classe economicamente dominante (Miliband, 1973:74). Nesse sentido, os militares, assim como outros membros do Estado, não podem ser pensados como uma categoria profissional independente e portadora de interesses próprios. No seu entendimento, portanto,

a burocracia estatal, em todas as suas partes, não constitui um elemento impessoal não-ideológico ou apolítico na sociedade, acima dos conflitos em que se empenham classes, interesses e grupos. Graças a suas predisposições ideológicas, reforçadas por seus próprios interesses, essa burocracia, ao contrário, constitui um elemento crucialmente importante e engajado na manutenção e defesa da estrutura de poder e do privilégio inerentes ao capitalismo avançado (Id.:158).

Miliband observa que com o avanço do capitalismo, os agentes do poder econômico privado têm participado intensamente das instituições do poder estatal

²⁵ A síntese foi baseada em Bottomore (1965:22-23). O próprio Marx esquematiza suas ideias no conhecido texto do prefácio *Para a crítica da economia política* (Marx, 1999:49-54).

²⁶ Além das forças armadas, Miliband identifica outras instituições que, no seu conjunto, formam o que denomina de sistema estatal. São elas: burocracia administrativa (corporações públicas, bancos centrais, comissões regulares etc.), judiciário, governo subcentral e assembleias legislativas. Nas sociedades capitalistas avançadas, segundo ele, o poder estatal é exercido pelas pessoas que ocupam as posições dirigentes nessas instituições (Id.:72).

(Id.:74). A preponderância das classes superiores em postos elevados da hierarquia estatal tem acento na desigualdade de oportunidades educacionais e nos privilégios de classe que ajudam a dificultar o ingresso de elementos oriundos dos estratos sociais inferiores. No que se refere ao último, Miliband coloca:

Aqueles que controlam e determinam a seleção e a promoção no nível mais alto do serviço estatal são muito provavelmente membros das classes média e alta, por sua origem social ou em virtude de seu próprio êxito profissional, provavelmente terão uma imagem determinada de como um alto funcionário público civil ou uma alta patente militar deve pensar, falar, comportar-se e reagir. E essa imagem será traçada em termos da classe à qual eles pertencem (Id.:84).

Miliband caracteriza os militares, na sua generalidade, como agentes coercitivos e garantidores da ordem social vigente. Considera que a influência dos militares ultrapassa em muito à esfera estatal propriamente dita; estende-se, na verdade, à vida política de toda a sociedade.

Tendo por base a argumentação marxista, Figueiredo atenta para as “características particularizantes” da corporação militar, resultado do modo de organização interna e das suas atividades específicas. Isso confere aos militares, segundo o estudioso, certa autonomia em determinados períodos de uma formação social que são pode ser convenientemente detectada e avaliada pela pesquisa em cada caso particular. Por outro lado, o autor considera que as forças armadas não podem ser interpretadas como categoria social desconectada da política, ou seja, à margem do poder que reforça a dominação de uma classe sobre o conjunto da sociedade (Figueiredo, 1983:93). A vinculação de classe dos militares encontra evidência, fortemente, ainda de acordo com Figueiredo, no padrão de recrutamento do oficialato, feito no interior das classes dominantes, com o propósito de garantir a máxima adesão dos seus membros aos interesses dominantes (Id.Ib.). Entende-se, assim, por um lado, a corporação militar como dotada de determinada autonomia, no sentido de que seus membros fazem parte de uma instituição singular, cuja função última é o monopólio da força física de Estado. Por outro lado, justamente porque os aparelhos do Estado têm “como principal papel a manutenção da unidade e a coesão de uma formação social que

concentra e consagra a dominação de classe, e assim, a reprodução das relações sociais e das relações de classe” (Figueiredo, 1983).

III. 2.4. Max Weber: os militares como organização burocrática e estamental

As noções tecidas por Weber acerca dos militares no mundo moderno estão ligadas à temática da burocracia. Nenhum outro teórico das Ciências Sociais está tão intimamente associado ao estudo das modernas estruturas administrativas – ou seja, das burocracias – como Weber. A sociedade ocidental moderna, no seu entendimento, está fatalmente inclinada a se tornar cada vez mais burocrática. Esta forma de organização administrativa – a burocracia – não se circunscreve ao Ocidente moderno, mas radica nele a sua forma suprema. A razão para se acreditar nisto, segundo Weber, está precisamente no fato de que o processo de burocratização alcançou seu estado mais completo em duas instituições próprias do Ocidente: o Estado moderno e a empresa capitalista. Em ambos os casos, o funcionário age em cooperação com outros e de acordo com regras gerais e abstratas, que delimitam as suas obrigações; no cumprimento do seu dever de ofício atua, portanto, de modo objetivo e impessoal; dele é exigido conhecimento técnico e domínio completo das tarefas que são de sua competência própria; o salário é determinado em função do cargo, que é profissão e independe de quem o ocupa para continuar existindo; há uma hierarquia de postos e funções, à qual está implicado um sistema de mando e subordinação; o subordinado está vinculado ao cargo da autoridade hierárquica e obrigado para com ele, e não à pessoa do ocupante. Simplificando bastante, são essas as características gerais da burocracia descritas por Weber (Weber, 1999:198-204). O agregado desses fatores garante a superioridade técnica da burocracia sobre qualquer outra forma de organização.

Como “instrumento de precisão”, observa Weber, a organização burocrática pode agir em favor de interesses políticos e econômicos muito diversos. Assim, na era moderna, segundo ele, a burocracia e a democratização paralela contribuem para o capitalismo ao romper com privilégios locais e feudais; paradoxalmente, em outras circunstâncias, os senhores feudais se aproveitaram

da burocracia para preservar seus privilégios; e, por vezes, a burocratização administrativa chegou até mesmo a estar ligada à formação de estamentos, como a reserva expressa e efetiva de cargos aos mesmos (Id.:223-224).

O oposto da burocracia é a atividade honorária, que não é remunerada e nem está pautada por regras gerais pré-fixadas. Essa, por conseguinte, é menos eficiente e formal do que a atividade burocrática, além de ser também muito mais onerosa, o que se deve à sua falta de regularidade e constância processual (Id.:212).

Para Weber, a organização burocrática está ligada à velocidade dos “modernos meios de transporte e comunicação”, que exige da administração, tanto pública como privada, respostas a tempo ótimo para a resolução adequada “das situações dadas a cada momento” (Id.Ib.). Cada resolução, por sua vez, é dada de forma calculada, objetiva, sem a influência de considerações pessoais. Esse tipo de atitude diante do meio externo é tanto mais exigido da administração quando maior for o grau de complexidade e especialização da cultura moderna (Id.:213).

O primeiro passo dado no sentido da formação de uma ordem estatal burocrática é a separação entre o quadro administrativo (funcionários ou com quem mais possa contar o detentor do poder político) e os meios materiais da administração (dinheiro, material bélico, cavalos). Estes só são controlados pelo quadro administrativo na organização estamental. Assim, coloca Weber:

Na associação feudal, por exemplo, o vassalo pagava de seu próprio bolso a administração e a jurisdição do seu distrito que constituía seu feudo, além de equipar-se e abastecer-se para a guerra; seus subvassalos faziam o mesmo. Isto tinha consequências consideráveis para a posição de poder do senhor, que somente descansava sobre o vínculo pessoal de fidelidade e sobre o fato de que a posse do feudo e a honra social do vassalo derivavam do senhor sua “legitimidade” (Id.:528).

A concentração dos meios administrativos nas mãos do titular do poder político é, como observa Weber, muito anterior ao surgimento das estruturas estatais modernas. Já está presente, por exemplo, nas formas de dominação

patriarcal e patrimonial, ou de despotismo sultanesco, onde, em todos esses casos, o senhor,

por meio de escravos, funcionários domésticos, servidores e “favoritos” pessoais dependentes dele, e de prebendados, remunerados com emolumentos em espécie ou em dinheiro provindos de suas reservas (...) procura tomar a administração em suas próprias mãos, pagar as despesas de seu próprio bolso, dos produtos de seu patrimônio, e criar um exército pessoalmente dependente, por equipar-se e abastecer-se de seus celeiros, armazéns e arsenais de armas (Id.Ib.).

É no Estado moderno e na empresa capitalista privada que a separação entre o quadro administrativo e os meios materiais da administração se completa, não havendo mais nenhum funcionário que seja dono pessoal destes. As considerações de Weber acerca disto incluem o aspecto militar. Nas suas palavras:

o exército burocraticamente dirigido dos faraós, da época tardia da república romana e do principado e, sobretudo, o do Estado militar moderno, diante dos exércitos populares das tribos agrárias, àqueles das cidades da Antiguidade e às milícias das cidades da alta Idade Média e todos os exércitos feudais caracteriza-se pelo fato de que nestes últimos o normal é o auto-equipamento e o auto-aprovisionamento, enquanto no exército burocrático o equipamento e o aprovisionamento se realizam a partir dos armazéns do senhor. A guerra atual, como guerra de máquinas, faz isto tecnicamente necessário de modo tão absoluto quanto o domínio da máquina na indústria fomentou a concentração dos meios de atividade econômica (Id.:217).

Como se pode observar na passagem acima, a burocratização dos exércitos não é para Weber uma característica particular da Europa moderna, mas era fato em outras épocas e lugares, como na Roma e no Egito da Antiguidade. No entanto, a crescente mecanização da guerra aumentou a necessidade do controle técnico e profissional sobre os meios de violência. É, pois, somente no século XIX, aponta Weber, com a formação dos exércitos permanentes em quase todos os países europeus, que a concentração dos meios de guerra nas mãos das autoridades estatais despontou de modo definitivo.

Weber aponta na base da burocratização dos exércitos um nivelamento das diferenças econômicas e sociais para a ocupação de cargos na administração, o qual chama de “democratização passiva”. Esta não significa, para ele, necessariamente, um “aumento da participação ativa dos dominados na dominação dentro da formação social em questão”. Consiste antes, de uma maneira mais geral, no nivelamento dos dominados diante do grupo dominante, que pode até mesmo se portar como uma autocracia (Id.:220). Isto quer dizer que o acesso aos cargos administrativos não está mais vinculado a “privilégios sociais, materiais ou honoríficos” (Id.:219).

Assim, coloca Weber, a burocratização dos exércitos foi acompanhada pela extensão do serviço militar, antes exclusivo dos possuidores (aqueles que tinham a posse dos meios bélicos materiais, como cavalos, armas e roupas), às camadas não-aquisitivas. Nos seus dizeres,

a substituição do exército de *honoratiores*, baseado no auto-equipamento, pelo exército burocrático constitui também, por toda parte, um processo de democratização ‘passiva’, no mesmo sentido que também o é todo estabelecimento de uma monarquia militar absoluta em lugar do Estado feudal ou da República de *honoratiores* (Id.:221).

As vantagens do exército burocrático apontadas por Weber são as seguintes. Primeiro, é a única forma que “possibilita a formação de exércitos profissionais permanentes”, necessários tanto para garantir a pacificação interna quanto para combater o inimigo externo e distante; e segundo, só nele é que se desenvolve plenamente “a disciplina militar e a instrução técnica específica” (Id.:217).

Em todas as esferas administrativas, não somente nas da formação estatal, a burocratização correu ao lado da concentração dos meios de serviço material nas mãos do grupo dirigente. O efeito mais geral disto foi o de acabar com os privilégios locais e plutocráticos na administração; no lugar da antiga atividade honorária ou acessória, a burocracia e o nivelamento social emplacaram o trabalho profissional remunerado (Id.:219). Por outro lado, na medida em que procura sempre aumentar a “superioridade do profissional instruído, ao guardar

segredo sobre seus conhecimentos e intenções”, a burocracia, embora democrática na sua base, se torna cada vez mais restritiva ao “especialista” e excludente do público (Id.:225). Nesse sentido, a burocracia reforça tendência já presente nos estamentos, que é a do exclusivismo.

É na teoria da estratificação social de Weber que se toma compreensão dos militares como ordem estamental. Em outras palavras, a ordem militar consiste, à luz das formulações de Weber, num tipo de comunidade endogâmica, na qual seus membros compartilham de específico estilo de vida; isto os mantém afastados do restante da sociedade. Outra característica do estamento, apontada por Weber, e que pode ser observada igualmente entre os militares, é a posse monopólica de certos recursos materiais. Nos seus dizeres,

certos bens se tornam objeto de monopolização pelos estamentos. De modo típico, eles incluem os “bens vinculados” e, frequentemente, também as posses de servos ou de criados e, finalmente, ofícios especiais. Essa monopolização ocorre positivamente quando só o grupo em questão está habilitado a possuí-los e a contratá-los; e negativamente quando, a fim de manter seu modo de vida específico, o estamento não deve possuí-los e contratá-los (Weber, 1974:223).

O que se pode inferir daí é que os militares se apropriam dos meios (materiais) de violência, e dessa maneira se distinguem do restante da sociedade. Essa tendência é reforçada pela profissionalização da carreira das armas, que se por um lado abre as corporações militares para a sociedade como um todo, fazendo com que elas deixem de ser reduto exclusivo das camadas aristocráticas,²⁷ leva seus membros a um estado de insulamento burocrático. Em outras palavras, a profissionalização do estamento militar, estreitamente ligada ao processo de racionalização do mundo moderno, fortalece o isolamento do grupo, na medida em que dota seus membros de saberes técnicos distintos de todos os outros, e passa a exigir deles maior grau de disciplina e treinamento. Tal situação

²⁷ Pelo menos assim o fora nas sociedades tradicionais, onde as atividades guerreiras estavam associadas à propriedade da terra; nesses casos, só os nobres terratenentes combatiam e lideravam exércitos de vassallos e/ou mercenários.

é provocada, em última medida, pela modernização das técnicas e equipamentos de combate.²⁸

III. 3. Considerações finais

Todas as abordagens sumariadas acima ajudam em alguma medida a pensar a questão central deste trabalho, já bastante anunciada. Contudo, somente a última, a weberiana, serve de base para orientar a empreitada aqui proposta. As linhas conclusivas deste trabalho consistem na demonstração disto.

Tem-se aqui ponto de vista semelhante ao de Huntington no que diz respeito à compreensão dos militares como grupo orgânico, dotado de uma habilidade específica, a do emprego das armas. Mas diverge-se desse autor e de seus pares da teoria da modernização de outra maneira. O argumento defendido por Huntington e por esses teóricos de que a profissionalização da carreira das armas afasta os militares da vida política é uma generalização a ser evitada, tendo em vista, pelo menos, o caso brasileiro sob inspeção. De fato, no período retratado não foi isto o que se aconteceu, pelo que se pode concluir da literatura indicada. A profissionalização do corpo de oficiais do Exército ocorrida entre 1870 e 1930 não manteve os militares afastados da vida política do país. Pelo contrário. No período, a profissionalização, associada aos interesses corporativistas do grupo, parece ter feito com que seus membros extrapolassem suas funções essencialmente militares, aderindo a questões políticas que, em última instância, incidiam sobre a corporação. Como destaca o próprio Huntington, contradizendo-se de maneira gritante, a profissionalização aumentou o compromisso dos militares com a modernização da sociedade. Assim, como já se indicou acima e se fará novamente mais adiante, a modernização industrial do país era indispensável para que o Exército alcançasse elevado padrão de eficiência bélica, como era requerido em especial pela ala reformista da corporação. Assim, como

²⁸ Embora isto não esteja explicitado em Weber, é o que se pode considerar a partir dos seus pressupostos teóricos e conceituais referentes à temática.

exemplo, a montagem de um parque siderúrgico avançado seria o primeiro passo dado no sentido da criação de uma indústria de armamentos no país.

Na linha dos teóricos da modernização, coincide com as posições assumidas neste trabalho a tese de Johnson segundo a qual a modernização aumenta o poder dos militares e esvazia a influência dos grupos tradicionais de poder sobre a corporação. Isto levaria, segundo o referido autor, à adesão dos militares às políticas industrializantes dos setores médios da sociedade. Destacar-se-iam nesse sentido os militares não só como agentes modernizadores, mas também como interventores políticos. Nesse último sentido, os militares atuariam como agentes estabilizadores da ordem. O que parece problemático na análise de Johnson é que sua abordagem, tal como a de Huntington, não estabelece ligação direta entre o intervencionismo político dos militares e a adesão destes às pretensões industrializantes dos setores médios da sociedade e a defesa dos interesses específicos da própria corporação, ameaçados pelos poderes tradicionais.

A análise de Mills acerca dos militares nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial como “elite do poder” tampouco serve como referencial teórico para compreender e explicar a participação dos militares reformistas na vida política do Brasil no contexto indicado. Essa oficialidade não teve, como nos Estados Unidos, prestígio social e poder de decisão para implantar na sociedade as reformas modernizadoras desejadas, pelo menos não antes de 1930. Os militares reformadores protestaram duramente, quando não de arma em punho, contra os políticos civis, que representavam a ordem oligárquica e a quem atribuíam a responsabilidade pelo “atraso” da própria corporação e do país.

Outro ponto marcante de dissonância entre os dois contextos – o americano e o brasileiro - está no sentido da intervenção militar na política. Na América, segundo Mills, os militares atuaram politicamente para “salvar” a sociedade dos políticos civis, identificados por eles como despreparados para cuidar dos assuntos do país e descomprometidos com o interesse público. Já no Brasil, como se interpretou da literatura selecionada, o intervencionismo militar nas questões internas do país teve mais a ver com a defesa dos interesses vitais

da corporação, estreitamente ligados ao controle dos meios de violência. É essa a questão que perpassa o trabalho, como já tantas vezes indicada.

Parece, contudo, apropriada para o que se tem em mente aqui a percepção do autor de que a carreira das armas, com estilo de vida rotinizado, apaga os valores sociais pré-existentes do militar. É nessa perspectiva, não explorada por Mills, que se advoga a tomada de consciência do “bem militar” como algo a ser alcançado numa sociedade como a brasileira do pré-1930, onde esse ator se depara com forças sociais hostis ao seu engrandecimento, na medida em que é privado do que lhe é mais caro e essencial, a exclusividade sobre a administração da violência.

Já o enfoque marxista se mostra irrelevante para elucidar o papel desempenhado pelos reformadores militares do Exército no arco temporal da tese por duas razões fundamentais. A primeira é que tal perspectiva teórica sugere um antagonismo radical entre os setores intermediários da sociedade, ligados ao comércio e à indústria, e o setor agrário, no decorrer da Primeira República. A segunda razão está na compreensão do segmento militar como autêntico representante dos interesses das classes médias, das quais se aproximam ideologicamente. Essa superposição de visões de mundo e interesses entre as facções modernizadoras do Exército brasileiro e as classes médias urbanas estaria pautada no padrão de recrutamento do oficialato, feito nesses estratos sociais. Estudos selecionados aqui acerca do período em tela revelam, no entanto, que a formação da classe média urbana ocorreu no fluxo da expansão da economia cafeeira, então prevalecente. Esse processo acomodou de certo modo os setores urbanos à lógica dos interesses agrário-exportadores que, por sua vez, tanto no Brasil como alhures, se abriu ao novo mundo dos negócios em expansão. Entretanto, com a descolagem da acumulação industrial do complexo cafeeiro a partir de 1929 e a consequente quebra de hegemonia dos grupos agrários, o processo de diferenciação social iniciado com a própria urbanização intensificou-se e culminou com o estabelecimento de um novo paradigma de sociedade, com especial ênfase no industrialismo.

Apesar das inadequações apontadas, a corrente marxista tem o mérito de ressaltar a relação estreita entre a organização da violência em dada estrutura

social e o grau de desenvolvimento das relações de produção. Como Engels sugere, o progresso material introduziu o progresso das armas, que influenciou nas relações de poder entre as classes. O reconhecimento disto permite supor que a modernização industrial da economia representava a possibilidade do Exército ampliar sua vantagem sobre os grupos armados rivais, entranhados na estrutura agrária da sociedade brasileira.

Por fim, as posições de Weber. Elas são relevantes para embasar teoricamente o que se tem em mente porque sugerem compreensão de que os militares no mundo moderno se definem tanto como burocracia quanto como estamento. Na verdade, uma posição está associada à outra, como já se tentou demonstrar.

Como burocracia, a corporação militar está estritamente atrelada às inovações técnicas do mundo moderno, o que exige a profissionalização dos seus membros ou associados. O profissionalismo esteve associado à crescente mecanização da guerra, que aumentou as exigências de controle técnico sobre os meios bélicos. Outra consequência importante do profissionalismo, conforme destacada por Weber, foi o fim dos privilégios econômicos e honoríficos em todas as esferas da administração, que se tornaram menos reféns das influências e determinações dos grupos sociais. A profissionalização dos exércitos, assim, esfacelou o predomínio das famílias tradicionais no seio das corporações militares, que se abriram para o restante da sociedade através da adoção de critérios impessoais de inclusão baseados no mérito.

Há ainda que se destacar outra tendência da burocratização relevante dentro dos termos do trabalho: a concentração dos meios materiais administrativos pelas agências modernas. Infere-se daí que essa característica das burocracias reforçou o “espírito de corpo” do quadro administrativo, que passou a lutar pelo controle completo dos recursos materiais específicos da administração. Nessa visada do problema, não é senão a violência o recurso material imprescindível das corporações militares, e a fonte do litígio dessas com outros grupos da sociedade que se assenhoreiam ou pretendem assenhorear-se de poder armado.

Já como estamento, os militares formam um grupo fechado e dotado de racionalidade própria. Essa situação é gerada pela especificidade de seu estilo de vida e códigos de honra. Característica da posição estamental de grupo, bem como da burocrática, é o controle exclusivo (apropriação monopólica) de meios materiais – no caso dos militares, recursos bélicos.

No Brasil, entre 1870 e 1930, a corrente militar destacada aqui saiu em defesa dos seus interesses estamentais de grupo ao propor a modernização da economia e de sua própria força. A análise de literatura respeitante ao assunto, proposta no capítulo seguinte, pretende ilustrar essa tese.

IV. CAPÍTULO III

OS “REFORMADORES” MILITARES: 1870-1930

IV. 1. Introdução

Este capítulo centra-se na tese que anima o trabalho, qual seja a de que os militares reformadores, no contexto sob consideração, atuaram em duas direções distintas, porém, convergentes. A primeira direção foi a busca da afirmação do poder armado, o que implicou em exacerbada disputa entre essa facção do Exército e as oligarquias locais e regionais. A segunda foi a modernização da infraestrutura produtiva do país, sem o que o Brasil não seria capaz de dispor de forças armadas modernas e eficientes. A relação entre industrialização e controle da violência já foi argüida no primeiro capítulo deste estudo.

O presente capítulo está dividido em quatro seções. A primeira corre do final da Guerra do Paraguai, em 1870, à proclamação da República, em 1889. A segunda fase é a da República militar, também conhecida como República da Espada, de 1889 a 1894. A terceira tem início em 1894, quando foi inaugurada a sucessão de governos civis e se encerra em 1922, quando parte dos militares reformadores, os tenentes, se insurge no Rio de Janeiro, sede de então do governo federal. A quarta e última fase situa-se entre 1922 e 1930, fim da Primeira República, com o movimento político-militar que alça Getúlio Vargas ao Poder. De 1870 a 1930, a corporação foi impactada pelo surgimento de oficialidade com índole reformadora. Tal oficialidade era basicamente jovem, mas encontrava apoio de certas lideranças mais velhas. O chamado movimento tenentista, nos anos 1920 do século passado, foi uma facção importante, mas não representava a oficialidade reformadora como um todo. Em 1930 ocorreu o reencontro de todas as facções reformadoras. Isso explica porque oficiais que deram combate aos tenentes, a eles se juntaram contra a ordem oligárquica. A tese, então, se reafirma. No largo período considerado (1870-1930), o sentido da ação militar foi de combate à administração oligárquica e ao atraso econômico, sem o que o próprio Exército não poderia se afirmar como força moderna e modernizadora.

IV. 2. 1870 a 1889: os militares na ordem do Império

IV. 2.1. A política do Império em relação ao Exército brasileiro

O Exército Nacional ocupava lugar secundário na sociedade do Império. Nem mesmo como categoria profissional gozava de prestígio social reconhecido. Só eram respeitados socialmente os militares que se projetavam como grandes comandantes (Caxias e Manuel Osório são bons exemplos disso). Dado o baixo prestígio social e a remuneração insuficiente, a carreira das armas não atraía os jovens da aristocracia rural, que, em lugar da farda, optavam pela titulação de “doutor”, especialmente em ciências jurídicas, obtida nas principais faculdades do país (São Paulo e/ou Recife), ou, preferencialmente, da Europa. A classe de abastados proprietários de terras que governava o país não precisava do Exército para defender seus interesses políticos e econômicos – ostentava sua própria força militar, a Guarda Nacional. Como observa Coelho, a classe política do Império nunca se sentiu segura diante de um exército permanente, disciplinado e profissional. Por isso, tratou desde cedo de esvaziar sua capacidade de atuação, reduzindo seus efetivos e recursos orçamentários (Coelho, 2000:54).

Com esse mesmo espírito foi criada, em 1831, a Guarda Nacional, uma organização permanente e cujo serviço era pessoal e – muito antes da Marinha e do Exército – obrigatório. Como observa Sodré, à Guarda Nacional era dada a missão de repressão interna, enquanto que ao Exército era confiada a defesa externa. Essa distribuição de papéis repressivos realizada pelo Estado brasileiro, segundo o historiador, era um dado evidente da prioridade concedida à Guarda nas questões internas do país (Sodré, op.cit.:127). É também no que diz respeito ao recrutamento, prossegue Sodré, que se evidenciava, na prática, o especial “carinho” do governo pela Guarda e o concomitante desprezo deste pelo Exército. O que ele coloca é que o recrutamento para o Exército se desenrolou no regime monárquico da mesma forma que no período colonial. Para as suas fileiras eram recrutados os piores elementos da sociedade. Nesse sentido, o quadro que Sodré apresenta é o seguinte:

Para preencher os claros do Exército, era preciso caçar nas ruas os desocupados, alistar à força os pretos libertos, aceitar pretos escravos cujos donos quisessem dá-los, recrutar os vagabundos que perturbavam o sono da burguesia com as suas noitadas de álcool, enfim, os párias, os egressos daquela sociedade cheia de preconceitos contra os militares... As fileiras só eram procuradas espontaneamente por alguns jovens de tradicionais famílias militares, candidatas ao oficialato, entre os quais se sobressaíam os cadetes. O grosso dos corpos de tropas, que nesse tempo policiavam as cidades e davam guarda nos presídios, formavam-no os recrutados à força (Paula Cidade apud Sodré, op.cit.:302).

Ao irromper a Guerra do Paraguai em 1861, encontrava-se o Exército, ainda mais do que a Marinha, em precárias condições de equipamento, organização e treinamento. O abandono do Exército por parte dos gabinetes imperiais e do próprio Imperador era atribuído, segundo um brasilianista, à baixa extração social do seu contingente, quando comparado com o oficialato naval, de descendência mais aristocrática (Keith, 1989:34). A situação decadente e lastimável em que se encontravam os militares brasileiros foi assim resumida por Joaquim Nabuco:

A verdade é que a censura de desconhecer as condições militares e a força perturbadora do Paraguai, causa da imprevisão notada, aplica-se, sem exceção, desde o Imperador, a todos os partidos, governos, homens públicos, diplomatas e militares da época. Esse é o primeiro fato de que preside a todos os acontecimentos da guerra de 1864. O segundo é a desorganização em que tinha caído o serviço militar. A partir do Primeiro Reinado, especialmente desde o tempo da mal sucedida Guerra da Cisplatina, a antiga eficiência militar se foi constantemente abatendo e, exceto no Rio Grande do Sul, a carreira das armas deixou de inspirar entusiasmo, de criar vocações. (Nabuco apud Keith, op.cit.: 35).

Coelho sustenta que, mesmo após a vitoriosa guerra contra o Paraguai, “o Exército era visto como organização sem função específica, ou instituição dispensável”. Também nos seus dizeres, “a própria guerra, devido à participação considerável de corpos de voluntários, tenha despertado em muitos a certeza da inutilidade do serviço militar temporário para o cidadão...” (Id.:58). Embora ainda

negligenciado nas altas camadas da sociedade, o Exército, por meio dos seus feitos heróicos e sacrifícios durante o conflito, conquistou o respeito popular, fazendo com que cada partido adotasse seu herói militar – o Partido Conservador valeu-se de Caxias; o Liberal gravitou em torno da figura de Osório. Os políticos civis recorriam às casernas sem interesse de melhorar a condição da classe armada; tinham, sim, segundo Keith, “o objetivo de estabelecer alianças que pudesse usar como instrumento para combater seus oponentes políticos” (Keith, op.cit.:41). O desamparo do Exército foi ainda mais agravado após da morte de Caxias, seu patrono, que à frente do Ministério da Guerra e do Conselho de Estado conseguira defender, dentro de estreitos limites, os interesses da corporação militar.

Além do público em geral, o oficialato brasileiro também foi profundamente impactado pela guerra contra López. Surgiu dela, finalmente, a necessidade de recompor o aparelho militar de acordo com novos padrões de eficiência e técnicas de combate. No entanto, como observa Werneck Sodré, era “cada vez mais difícil o aparelhamento das forças armadas, pelo desenvolvimento das técnicas, com a indústria pesada, e pelo fato de que o Brasil permanecia sem condições para ingressar na etapa da industrialização” (Sodré, 1979:142). Assim, despontou na consciência dos militares a necessidade de superação do modelo agrário exportador e – mais importante ainda – a “ligação entre indústria pesada e armamento e, conseqüentemente, entre país desenvolvido industrialmente e forças armadas organizadas e eficientes” (Id.Ib.).

Desde meados do século XIX, os oficiais de patente inferior vinham se organizando politicamente contra o regime imperial e a ordem econômica a ele associada. A falta de liderança fez com que a oficialidade insatisfeita se lançasse abertamente numa campanha jornalística contra os rumos da política imperial (Schulz, 1994:18). Os editoriais dos jornais militares defendiam a abolição da escravatura, a imigração, o desenvolvimento industrial e a construção de ferrovias, além de melhores salários para as baixas patentes e um governo honesto. Já na década de cinquenta o caminho para a intervenção militar na política brasileira começava a ser delineado. O acontecimento que precipitou o ingresso dos militares na política foi a campanha abolicionista. É fácil

compreender como o problema da escravidão ecoou no interior do Exército, considerando a participação maciça dos negros nas fileiras do Exército imperial. Além disso, a escravidão era vista pelos oficiais subalternos como o esteio da ordem agrária tradicional. Acabar com o regime escravocrata era dar o primeiro passo rumo ao fim do ruralismo.

IV. 2.2. A profissionalização da carreira d'armas

A ruptura com a ordem tradicional foi também precipitada pela política de promoção e reorganização das academias militares, levadas a cabo pelos próprios oficiais superiores (Id.Ib.). Àquela altura estava sendo escrito um novo capítulo da história militar brasileira, semelhante, em muitos aspectos, à história das forças armadas em grande parte da Europa. Na maioria dos países europeus do século XIX, os exércitos nacionais passaram a exigir de todos os militares, inclusive dos membros das famílias tradicionais, determinado período em cada posto, antes de serem promovidos na carreira. Assim, a profissionalização do corpo de oficiais permitiu que elementos não vinculados às elites tradicionais alcançassem o generalato em virtude de seus próprios méritos, ao contrário do que ocorria na primeira metade do século, quando apenas os oficiais “bem nascidos” progrediam nas suas carreiras.²⁹ Nas palavras de Schulz,

as novas exigências de instrução e das promoções com base no tempo de serviço e nas qualificações profissionais, as vantagens usufruídas pelos filhos da classe superior começaram a diminuir, pois os oficiais mais pobres, mas com maior grau de instrução, começaram a obter postos mais elevados. Contudo, como as chances de progresso rápido, sem base no mérito, ainda continuavam altas nas profissões liberais para aqueles que fossem bem relacionados, a elite abandonou a já não tão promissora carreira militar aos seus inferiores na escala social.

²⁹ José Murilo de Carvalho observa que a partir da segunda metade do século XIX a aristocracia civil correu para a Guarda Nacional, deixando o Exército. Embora ao término do regime imperial ainda mais da metade dos oficiais possuísse título de nobreza, “a quase totalidade desses títulos era concedida a filhos de militares”. O recrutamento de oficiais se tornou desde então endógeno e de classe média (Carvalho, 2005:17-19).

Em consequência deste êxodo, por volta dos anos oitenta, muitos daqueles homens de classe média que haviam escrito contra os políticos imperiais tornaram-se generais e oficiais superiores (Id.Ib.).

Schulz assinala que no Brasil, mais destacadamente do que em outros países, o processo de profissionalização do Exército foi acompanhado de uma acentuada participação do militar na política (Schulz, op.cit.:31). Essa afirmação parece fazer todo sentido quando colocada à luz dos acontecimentos.

As transformações ocorridas nos meios militares, tanto no Brasil como alhures, eram apenas parte de uma tendência geral das sociedades modernas. O pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) atribuiu esse fenômeno à onda democrática que cobria e transformava as sociedades do seu tempo. Na sua visão, a democracia correspondia propriamente à quebra de barreiras hereditárias à mobilidade social. Esse movimento foi interpretado por Tocqueville como “uma força desconhecida que temos a esperança de poder regular e abrandar, mas não de vencer”, e que impeliu a todos os homens, “branda ou violentamente a destruir a aristocracia” (Tocqueville, 1979:46). Assim, ainda segundo ele, “não havendo mais entre os homens nenhum laço de castas, classes, corporações, família...” (Id.Ib.), o esforço pessoal e o mérito, pelo menos em princípio, passaram a decidir sua condição social futura no lugar de valores e costumes tradicionais.

IV. 2.3. Evolucionismo e Positivismo na Escola Militar

Os jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha associavam o progresso à forma republicana de governo. Em outras palavras, a República era a expressão política da marcha industrializante que particularizava as sociedades modernas; era o seu complemento necessário e, por isso mesmo, acontecimento histórico inevitável. Desse ponto de vista, a Monarquia estaria com os seus dias contados. Esse raciocínio era embasado pelo pensamento evolucionista, bastante

em voga nas sociedades européias da época, e convergente com as aspirações republicanas da oficialidade graduada.³⁰

No âmbito do debate político no Brasil do último quartel do século XIX, o evolucionismo, conforme entendido pela elite intelectual militar, indicava o esgotamento progressivo da monarquia e, conseqüentemente, a república como acontecimento histórico-social futuro. Essa forma de governo era, aos olhos daquela oficialidade, a mais compatível com o estágio de industrialismo das sociedades modernas. Resumidamente, o panorama geral das sociedades européias nesse momento, e até certo ponto também do Brasil, era este: aristocracia rural em decadência, surgimento das camadas médias urbanas, capitalismo industrial e comercial, mobilização política das massas, rejeição do misticismo religioso, reação intelectual contra a ordem tradicional; Spencer, Darwin.

Além do evolucionismo, mas atrelado a ele, o positivismo teve papel crucial na formação dos jovens oficiais da Escola Militar.³¹ No Brasil, como alhures, o positivismo não se apresentou como uma doutrina homogênea. Seus adeptos distinguiam-se, grosso modo, entre positivistas “puros” e “dissidentes”. Para os “puros”, integrantes do Apostolado Positivista, a doutrina deveria estar restrita a uma “elite científica”, conhecedora das leis naturais do progresso que se haveria

³⁰ O evolucionismo baseava-se no conceito de “evolução”, introduzido nas ciências sociais por Herbert Spencer (1820-1903), e que impregnaria as explicações “científicas” de desenvolvimento social até a Primeira Guerra Mundial. A evolução era a lei geral das sociedades e a chave para a compreensão da história universal. A teoria procurava explicar o fluxo permanente das sociedades e, desse modo, o seu futuro. Numa visão derivada da biologia, a sociedade era percebida como um organismo, “que se desenvolve em função de suas determinações internas, elas próprias ligadas ao princípio de adaptação” (Chatélet, 1997: 122-123). Impulsionado pela teoria de Darwin (1809-1882) sobre a seleção natural, embora não tendo dela partido, o evolucionismo spenceriano apontava para o “desaparecimento de certos órgãos inúteis e o desenvolvimento daqueles onde resulta um aumento do poder” (Id. Ib.). Para os evolucionistas, o estágio da indústria era o ponto máximo do progresso humano. Na outra ponta do debate teórico, mas também de sentido evolucionista, despontava o socialismo científico e revolucionário de Marx e Engels, que forneceu sua própria interpretação da história das sociedades, com base na ideia da luta entre classes inimigas.

³¹ Originalmente, o positivismo surgiu durante a segunda metade do século XIX, quando as sociedades européias experimentavam o incremento dos mecanismos técnicos da revolução industrial, como, por exemplo, a iluminação elétrica. Grosso modo, o positivismo é a doutrina de Augusto Comte (1798-1857) que identifica o progresso técnico e científico ao desenvolvimento da humanidade. Para os seus adeptos, a ciência positiva revelaria as “leis” de funcionamento social e permitiria uma organização mais racional da sociedade, com vistas ao progresso humano. Para Comte, a ordem e o progresso não se excluem mutuamente, mas, ao contrário, complementam-se. O lema do positivismo é “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”. Para uma compreensão mais geral acerca do positivismo ver Moraes Filho (2000).

de cumprir a despeito da ação política de uns ou outros. Preferiam assim o governo, a ordem estabelecida, a qualquer tipo de insurreição – e, nesse sentido, aceitavam até mesmo a permanência do imperador Pedro II, desde que estivesse comprometido com os princípios científicos e filosóficos do comtismo, que deveriam ser impostos à nação para o bem dela mesma (Trevisan, op. cit.:14). Essa pregação do positivismo, entretanto, não conseguiu fixar suas raízes no solo brasileiro. Passou à tradição do país o positivismo cultivado nos círculos militares, sobretudo entre os oficiais da Praia Vermelha. Estes não se interessaram de preservar a doutrina de Comte na sua integridade; retiveram tão somente os postulados básicos de sua filosofia das ciências.

A despeito das nuances indicadas, tanto os ortodoxos como os “dissidentes” advertiam quanto à inadequação do sistema representativo de governo ao caso brasileiro. Para os adeptos mais radicais do comtismo, o Parlamento era não só desnecessário como ainda prejudicial ao funcionamento “natural” da sociedade porquanto, no seu entendimento, as leis gerais que regem os negócios humanos são invariáveis e cientificamente demonstradas, prescindindo assim de qualquer discussão acerca delas. Já de acordo com os positivistas moderados, os períodos de acentuada conturbação social, como o de transição do regime monárquico para o republicano no Brasil, eram marcados por acontecimentos imprevisíveis que ameaçavam inviabilizar qualquer possibilidade de ordem. Foi o que se observou na França onde, a partir da grande revolução até fins do século XIX, se tornou recorrente a sucessão de regimes políticos, dado o dinamismo próprio das contendas sociais (Paim, 1979:11). Daí a necessidade de um Executivo forte, ou de uma ditadura republicana que, tendo à frente o Exército nacional, fosse capaz de modernizar o país e agir com eficácia contra os elementos desestabilizadores da ordem.

O fato de que essas doutrinas filosóficas tenham sido bem acolhidas entre os oficiais da Escola Militar explica-se tanto pelo “espírito do tempo” como pelas peculiaridades da conjuntura social brasileira em geral e do Exército, particularmente, alvo das escaramuças governamentais desde fins dos anos 1860. O inconformismo diante do atraso brasileiro e o anseio de mudança abriram os canais para a afluência de novas ideias que colocavam em cheque as

instituições da ordem tradicional: escravatura, monarquia, sistema de ensino bacharelesco.

Schulz argumenta que os oficiais enfrentaram três grandes obstáculos para a modernização da sociedade brasileira. Primeiro, pouca experiência em assuntos econômicos; segundo, compartilhamento do poder com outros grupos, em especial os fazendeiros paulistas, que não se interessavam pela industrialização; e, terceiro, diluído acesso ao comando do Exército por parte dos oficiais reformistas (Id.:141-142). Além disso, arguiu o autor, faltava aos militares uma ideologia capaz de levar à modernização da economia. Na ausência de instituições liberais para fazer frente ao “atraso” brasileiro, o positivismo pareceu ser a ideologia dos reformadores sociais. Como coloca, muitos intelectuais militares aderiram ao positivismo após a proclamação da República – nessa época, quase metade dos professores da academia militar do Rio era positivista (Id.:142). Mesmo reconhecendo o encantamento dos militares pelo positivismo, Schulz considera que a doutrina jamais teve expressão significativa no Brasil, devido à falta de coesão entre seus adeptos. Na avaliação do autor, até mesmo o lema positivista “Ordem e Progresso”, que atendia perfeitamente às aspirações dos reformistas, teve caráter meramente simbólico, ficando apenas gravado na bandeira republicana (Id.:143). Não é essa, entretanto, a interpretação de Antônio Paim, que atribui ao positivismo um papel destacado na primeira fase da República brasileira. Paim, ademais, contraria a suposição de que a influência da ideologia positivista tenha se limitado àquele período. No seu entendimento, a doutrina de Augusto Comte contribuiu decisivamente para a ascensão de Vargas ao poder, considerando que a maioria das lideranças tenentistas que tomou parte no movimento de 1930 era de formação positivista (Paim, 1974:308-309).³²

Embora o espírito positivista tenha se expressado na pregação modernizadora dos militares reformistas, que a um só tempo se anunciavam como os principais agentes da mudança e da conservação da ordem,³³ o comtismo não parece ter tido papel destacado no movimento revolucionário de

³² Para maior esclarecimento sobre o Positivismo no Brasil ver também, desse autor, *A filosofia política positivista* (1979).

³³ Pelo menos é essa a ideia que se encontra no editorial de estréia da revista *A defesa nacional*, como está indicado neste capítulo.

1930, como sugere Paim, nem tampouco em outras ações interventoras dos militares na vida política do país. Nem Paim nem Schulz consideram a perspectiva aqui anunciada de que a ala reformista do Exército abraçou a perspectiva modernizadora visando, antes de tudo, estabelecer posição de principal agência controladora da violência, ante ao poder armado dos grupos oligárquicos, que o ameaçavam. É essa posição, como já explicitada, que se defende neste trabalho.

IV. 3. 1889 a 1894: os tempos idos da República militar

IV. 3.1. Os militares e a proclamação da República

O ideário da modernização brasileira esteve atrelado ao movimento republicano que se desenvolveu nos meios militares reformistas. A relação entre a República e os anseios de mudança decantados no Exército foi dada pela percepção de que, para implantar as conquistas econômicas de países como Inglaterra e França, seria preciso, antes de tudo, derrubar a monarquia e todos os pilares de sustentação da velha ordem.

Valendo-se de uma análise estritamente política do golpe de 1889, Keith considera que a adesão do Exército Nacional ao republicanismo se deveu em grande parte ao receio de algumas lideranças em relação ao enfraquecimento das Forças Armadas na possibilidade de reativação da Guarda Nacional. Tal era a pretensão do visconde de Ouro Preto, nomeado pelo imperador em 1887 para compor um novo ministério. Os receios do Exército eram reforçados pelas nomeações constantes de ministros civis para a pasta ministerial da Guerra. O argumento de Keith pode ser sintetizado nos seguintes termos. Após a morte de Caxias, “leal soldado-salvador” do Império, que em seu nome combatera dentro e fora do país, as forças armadas deixaram de servir como sustentáculo da ordem constitucional monárquica. Quebrava-se naquele momento a tradição do oficial militar servir como membro da elite dirigente. Assim, os militares abandonaram seu papel subsidiário, como era de costume nas monarquias, para protagonizar a

trama política no novo regime. Apesar dos esforços empreendidos pelos grupos políticos tradicionais no sentido de atrair para sua causa os grandes nomes da Guerra do Paraguai, foram os republicanos radicais (Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Aristides Lobo, Benjamim Constant) que conseguiram incitar os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto a golpear o regime imperial (Keith, op.cit.:42-43). Fundado em 1870, o Partido Republicano não tinha ainda coesão e força política para implantar sozinho a República; por isso se viu obrigado a recorrer às casernas. Com a crescente dissolução das instituições representativas do Império, e na ausência de outras dotadas de organização e pessoal suficientes para assumir as rédeas da nação, aumentou o peso dos militares na política brasileira. Nessa conjuntura, os oficiais se viram diante do compromisso inescapável de tomar a dianteira do processo de mudança política em curso no país.

Hahner também identifica a intervenção militar de 1889 como reação às maquinacões do governo para “aniquilar o Exército” (Hahner, 1975:43). Diante dessa possibilidade, Deodoro da Fonseca teria se deixado convencer pelas lideranças republicanas a tomar de assalto o Poder, em vez de, simplesmente, pressionar o imperador a substituir o incômodo gabinete Ouro Preto por outro mais favorável aos interesses da corporação. Assim, “os oficiais foram trazidos à trama militar contra o governo” (Id.Ib.). Também como Keith, a autora aponta o descaso do governo imperial em relação ao Exército como ingrediente para a quartelada de 1889. Deodoro, como outros militares da sua geração, sacrificara-se na Guerra do Paraguai sem receber, em contrapartida, o apreço dos políticos civis pelo seu heroísmo e dedicação à Pátria. Invés de ser recompensado, o Exército continuava amargando com promoções lentas, baixa verba orçamentária e vencimentos defasados.

Outra análise situada nessa linha de entendimento é a de Carvalho (2005). Para ele, o republicanismo não fora o *leit-motiv* do 15 de novembro. Como observa, a oficialidade superior, aí incluindo o próprio Deodoro, não era republicana, e a maioria dos praças não sabia que se tratava de proclamar a República. Afeitos à ideologia republicana, sobravam apenas, grosso modo, os

jovens oficiais ligados a Benjamin Constant. O que uniu a todos contra a monarquia foi o “espírito de corpo” da organização, segundo esse autor (Id.:45).

O entendimento de Castro já é outro. Segundo esse estudioso, o confronto com o governo não foi motivado, no essencial, pela defesa da honra e da dignidade militar afetadas, reivindicada pelo marechal Deodoro e seus partidários, os chamados tarimbeiros,³⁴ ou apenas pelo interesse da corporação “em assegurar e aumentar seus privilégios”, e nem tampouco pela simples necessidade de conservação do Exército em meio às conspirações palacianas para dissolvê-lo. O que de fato teria mobilizado os militares contra o Império fora o “espírito do republicanismo”, cultivado entre a jovem oficialidade da corporação (alferes-alunos, tenentes e capitães) egressa das escolas de formação e ligada ao marechal Floriano Peixoto (Castro, 2000).

Examinando os documentos (abaixo-assinados) que à época circularam secretamente entre os jovens oficiais do Exército, em favor da radicalização militar, depois conhecidos como “pacto de sangue”, Castro fornece os seguintes dados: dos 173 signatários, constavam (apenas) dois oficiais superiores, 13 capitães, 37 tenentes, 120 alunos das escolas militares e um de patente não identificada; desse total, a exceção de 14 não identificados, 110 oficiais vinham das escolas militares da Praia Vermelha ou da Superior de Guerra (ESG) e 48 da Segunda Brigada do Exército (Id.:11). Considerando que a ESG, criada em 1889, desdobrou-se da Escola Militar da Praia Vermelha,³⁵ e que quase todos os oficiais da Segunda Brigada haviam cursado esta última, respondeu a mesma por quase todos os militares que assinaram aqueles documentos. Assim é fácil concluir o peso que teve a escola na ofensiva republicana. Com base nessa documentação, o autor sugere que os reclames pela ruptura com a ordem estabelecida não partiram apenas de fora dos quartéis, mas brotaram também do interior destes e, sobretudo, do das escolas militares, onde o espírito do republicanismo se imbricava com o programa de estudo da jovem oficialidade. Os

³⁴ Estes eram os oficiais ligados à tropa, na sua maior parte pertencentes à infantaria e à cavalaria. Segundo Fausto, muitos desses oficiais não possuíam uma visão elaborada da República, a não ser a ideia de que o Exército deveria ter um papel maior do que o desempenhado pelo Império (Fausto, 2006: 246).

³⁵ A origem da escola data de 1858, quando o ministro da Guerra separou os estudos propriamente militares do curso de engenharia civil, que ficou com a Escola Central (mais tarde Escola Politécnica). Com a entrada do positivismo na escola, foram inseridas no plano de estudos as cadeiras de matemática, letras e filosofia.

dados citados destacam ainda a baixa participação dos oficiais superiores no movimento pela república. E mesmo os poucos oficiais mais velhos e de maior prestígio que golpearam o governo só aderiram à causa republicana às vésperas do ocorrido – inclusive o próprio Deodoro, que se mantivera leal ao imperador até aquele momento.

Hahner concorda que a maioria dos oficiais superiores estava afinada com o regime tradicional de governo, e que os generais da época viam a si próprios como guardiões da ordem que ajudaram a consolidar. Porém, sustenta que o sentimento republicano só era forte entre os cadetes da Escola Militar (Hahner, op.cit.:34-35), não reconhecendo como preponderante a atuação destes no processo que levou ao novo regime. A autora parece atribuir assim maior importância ao papel dos políticos republicanos, que se aproveitando do descontentamento geral entre os militares cuidaram de persuadir os generais do Exército, do que propriamente no republicanismo como ideologia catalizadora dos anseios militares. O argumento de Hahner e o de Keith podem ser contestados com base no fato de que nos escritos e memórias dos jovens oficiais não constam, como observa Castro, “referências a professores ou políticos” convertendo-os. Assim, esse estudioso supõe que as noções do republicanismo foram adquiridas pelos próprios alunos da Escola Militar através das associações e dos clubes secretos por eles criados a partir do último quartel século XIX (Castro, op.cit.:26).

Mesmo não se afinando com o argumento principal de Castro, Carvalho também desconsidera a influência de republicanos civis na deflagração do movimento militar de 1889. Ele endossa argumento do corporativismo dos militares, destacando que estes tinham pouco contato com os republicanos civis, discriminados por Deodoro por “não vestirem farda” (Carvalho, op.cit.:45).

A interpretação de Carvalho é, das apresentadas acima, a que mais se aproxima do entendimento que se tem aqui dos militares. Ao chamar a atenção para o “espírito de corpo” do grupo, o autor o compreende como dotado de lógica própria de interesses, o que define o grupo como instituição social de caráter singular e estamental. No entanto, Carvalho não atenta para o caráter eminentemente político dos militares em lide. Assim, rejeita-se, no limite, as

posições desse autor, tendo em vista a perspectiva (empregada aqui) de que os militares ocupam o cerne da política, dada sua relação inextricável com os modernos meios de violência do Estado.

Apesar do interesse do Exército pela superação da ordem tradicional, a proclamação da República não veio acompanhada de uma ruptura com o poder das elites agrárias. Ao longo de toda a Primeira República – não por acaso denominada de oligárquica – o Estado continuou protegendo os interesses das famílias tradicionais que se aferravam no poder político. Em outras palavras, a transformação do regime político não implicou na transição do poder de poucos (oligarquia) para o de muitos (democracia). Desse modo, a república que se instalou no país – pelo menos nos seus três primeiros decênios – só pode ser compreendida no sentido específico, quer dizer, como regime político oposto à monarquia. A ideia mais geral do governo republicano, que é a do respeito à coisa pública (*res publica*), destoava totalmente das práticas oligárquicas da Primeira República. A estrutura de participação política desse período era, além de limitada,³⁶ sujeita a fraudes e irregularidades de todo tipo, o que possibilitava ao presidente eleger o candidato de sua preferência nos Estados. Dada a falta de comprometimento com o interesse coletivo, o novo regime era tão anti-republicano quanto o fora a monarquia deposta. Contradição de termos, a “república oligárquica”, portanto, era “coisa pública” por fora e “governo de poucos” por dentro. A esperança de moralizar as práticas eleitorais do país através da substituição de um regime por outro, desejada nos meios militares e urbanos, foi assim se esgotando ao longo da Primeira República.

Era comum atribuir à monarquia a culpa por todos os males do país. É o que colocava o Manifesto Republicano de 1870, data do início do movimento no Brasil. Dentro desse mesmo espírito, o jornal carioca *A República* definia o governo monárquico como “tão mau, que por melhor que seja o homem, a realeza força-o a perder o que ele tem de bom; a monarquia é má para o país, estraga os

³⁶ Como aponta Schwartzman, durante toda a Primeira República, a percentagem de votantes em relação à população total nunca ultrapassou os 3,5%, mantendo praticamente inalterado os dados para as eleições parlamentares do período imperial (Schwartzman, op.cit.:94). Santos também fornece dados indicativos do elevado grau de exclusão política no período assinalado (Santos, 1993:19-20).

homens, ata-lhes as mãos, corrompe o próprio rei” (*A república*, 13 de dezembro de 1870, apud Schwartzman, op.cit.:96).³⁷

Na visão dos militares que abraçaram a causa republicana não se tratava apenas de substituir um tipo de regime político por outro, mas, principalmente, de salvar o sistema político, deteriorado pela elite dirigente. Uma parte desta, constituída pelos setores paulistas ligados ao café, lutou pela República sem nenhum entusiasmo republicano, mas simplesmente em nome dos seus interesses, já que o federalismo, princípio basilar do novo regime, asseguraria às províncias, uma vez transformadas em Estados, um papel mais ativo nas grandes resoluções nacionais, em detrimento da autoridade central. Nas palavras de Oliveira Viana,

comparando o poder do presidente republicano com o poder moderador do velho regime, evidentemente o poder do presidente se mostra muito menos lato, muito mais embaraçado na sua ação por uma multidão de obstáculos constitucionais e políticos que aquele não conhecia... É, pois, incomparavelmente menos prestigioso e forte do que o poder moderador no regime imperial. Ele tem, é verdade, ao seu lado, a força respeitável das guarnições federais; mas, a sua intervenção *manu militari* na economia interna dos Estados está estritamente prescrita pela Constituição (Viana apud Keith, op. cit.:52-53).

De fato, o incremento do poder dos governadores passou a decorrer, na República, do próprio texto constitucional de 1892, que atribuía aos Estados o poder de ordenar os municípios e de intervir neles quando necessário; em termos

³⁷Pode-se supor, à margem das pretensões aqui estabelecidas que, também na prática, algumas monarquias são “mais republicanas” do que certos regimes ditos republicanos. É o caso, por exemplo, das monarquias escandinavas e da *Commonwealth of England*, nas quais os reis comumente se mostram defensores da coisa pública. No plano da teoria política, entretanto, o governo monárquico nem sempre é visto como contrário ao interesse público. Na tipologia aristotélica das formas de governo, a monarquia é classificada como o governo bom de um só, cujo fim é a felicidade coletiva. O seu oposto é a tirania, governo de um só para o interesse de quem governa. Até mesmo para Maquiavel, que não reconhece diferença substantiva entre monarquia e tirania – todos os monarcas são tiranos, e não apenas aqueles que fazem uso constante da violência –, a ação política do Príncipe está voltada para preservação da ordem pública. Para o barão de Montesquieu (1689-1755), assim como a república, a monarquia produz efeitos socialmente positivos, embora uma e outra partam de princípios filosoficamente distintos – a república parte da virtude, que faz o cidadão abdicar do bem próprio em favor do bem comum; já a monarquia, da honra, que leva o nobre a praticar uma boa ação exclusivamente pelo desejo de elevar sua reputação. Montesquieu considera a república um experimento político do passado, dado ao fato de que os modernos não aceitam colocar o bem comum acima do particular. É a monarquia, portanto, o regime político do seu tempo. Para o pensador francês, o único tipo de governo totalmente estranho ao interesse coletivo é o despotismo, que tem o medo como mola-mestra e consiste na usurpação da coisa pública em favor dos caprichos do governante.

mais específicos, a Carta permitia ao governador de Estado decretar impostos de exportação, contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciário próprios, organizar força militar (art. 63).

Embora almejassem a queda do governo imperial, as novas oligarquias não pretendiam a intervenção dos militares contra o regime, posto que, como coloca novamente Schwartzman,

a mudança de um regime monárquico para um regime militar não aumentaria a autonomia política por eles desejada, e poderia, na realidade, impedir que esta autonomia viesse a se consolidar. Quando, finalmente, se deu a solução militar, o conflito entre o Partido Republicano Paulista e o governo militar foi quase imediato, de uma forma que voltaria a se repetir intermitentemente no futuro (Schwartzman, op.cit.:96).

Ao mesmo tempo em que se cercavam de todos os meios para evitar a participação do Exército na vida pública, e estremeciam ante a possibilidade de um Poder forte que se voltasse radicalmente contra os seus interesses, os oligarcas do café foram obrigadas a conceber a liderança política dos militares, uma vez que não possuíam condições de lutar por si mesmas contra a ordem tradicional e nem tampouco consolidar a República por meios próprios.

IV. 3.2. Floriano Peixoto: jacobinismo militar

O estado de tensão latente entre militares e oligarcas, que se arrastava desde o Império, parece ter recrudescido com o novo regime, sobretudo quando, nos seus primeiros anos, passou à frente do Poder o marechal Floriano Peixoto. Parecia ele encarnar, com toda força, o impasse que caracterizava a nova ordem do latifúndio.

Nas considerações de Sodré, o florianismo foi a componente mais radical do intervencionismo militar. Ainda segundo o estudioso, Peixoto, e a oficialidade

de classe média que o apoiava, traduzia os anseios burgueses e reformistas em franca ascensão na sociedade brasileira (Sodré, op.cit.:169). Embora a colocação de Sodré pareça fazer pleno sentido, precisa ser acrescida de certos comentários. Se por um lado o marechal contou com o apoio dos setores médios urbanos, ligados ao comércio e à indústria incipientes, por outro foram as classes agrárias de São Paulo, as verdadeiras forças políticas dirigentes do país, que o apoiaram na sua escalonada ao Poder. Com o desgaste de Deodoro devido a sucessivos choques contra os políticos civis e outros – intervenção nos Estados para instalar governadores que lhe eram leais, censura a jornais e detenção de membros do Congresso (Bocaiúva foi um deles) seguida da dissolução da Casa – o nome de Floriano, seu principal opositor dentro do Exército e vice no cargo presidencial, despontara como a única esperança contra os arbítrios do marechal. Assim que assumiu o Poder, Floriano interveio em quase todos os Estados brasileiros, procedendo da mesma forma que seu antecessor e, como ele, estremecendo os grupos agrários estaduais. Porém, consentiu na reconvocação do Legislativo nacional, onde compartilhou espaço político com as oligarquias dominantes, que frustraram suas tentativas de modernização do país. Foi o que ocorreu em maio de 1892, quando o marechal apresentou ao Congresso uma série de propostas modernizadoras, como a reestruturação do sistema bancário, o estímulo à indústria, a construção de estradas de ferro e a expansão da educação. Floriano teve aí quase todas as suas propostas recusadas pelos próprios correligionários do PRP. Mesmo apoiando o presidente, o partido, constituído na sua maioria de fazendeiros cafeicultores, via os seus esforços modernizadores como uma séria ameaça aos seus interesses (Schulz, op.cit.:176).

Floriano, por sua vez, não poderia governar sem o apoio dos cafeicultores de São Paulo, representados politicamente pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Apesar do acordo firmado entre o presidente e o PRP, o contraste de ideias e de intenções políticas era enorme. Como aponta Fausto,

Floriano encarnava uma visão da República não identificada com as forças econômicas dominantes. Pensava construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado, sobretudo, no Exército e na mocidade das escolas civis e

militares. Essa visão chocava-se com a da chamada 'República dos fazendeiros', libera e descentralizada, que via com suspeitas o reforço do Exército e as manifestações da população urbana do Rio de Janeiro (Fausto, 2006:254).

Embora em estado latente a nível nacional, a tensão entre liberais e republicanos históricos (adeptos do positivismo) se propagou aberta, regionalmente, com a guerra civil no Rio Grande do Sul. A Revolução Federalista (1893-1895), como ficou conhecida, se deu entre os liderados por Gaspar da Silveira Martins, organizados no Partido Federalista, apelidados de maragatos, e os adeptos do governador daquele Estado, Júlio de Castilhos, reunidos no Partido Republicano Rio Grandense (PRR). Embora partidário de Deodoro, o republicano Castilhos contou com o apoio governamental do marechal Floriano, que acusou os rebeldes de querer restaurar a monarquia. Aponta Love, como um dos efeitos políticos da guerra, “a forjadura de um sólido elo entre o PRR e o Exército Nacional ou, pelo menos, um poderoso segmento dele” (Love, 1997:111). Segundo o estudioso, diversos fatores ligavam os oficiais da Arma ao partido: a orientação ideológica comum (o positivismo); a defesa das verbas militares no Congresso pelos rio-grandenses; a possibilidade de apoio do partido na luta da oficialidade contra a aliança mineiro-paulista, que controlava sozinha a sucessão presidencial; a desconfiança do Exército em relação às outras organizações estaduais (Id.:111-112). Destaca-se ainda como fator para a aproximação apontada, a concentração dos maiores efetivos do Exército no Rio Grande do Sul, que chegou a bater um quarto dos efetivos nacionais durante a Primeira República – do Estado também saiu, nesse período, o maior número de ministros da Guerra e de presidentes do Clube Militar, como destaca Fausto (Fausto, 2006:269).

Derrotados os revoltosos, após a morte de milhares de gaúchos, o PRR saiu fortalecido da luta, assumindo um papel independente na política de sucessão presidencial, monopolizada pelas oligarquias paulista e mineira, da aliança café-com-leite. A guerra contribuiu também para reforçar o respeito que os militares tinham pelo povo rio-grandense – desde os tempos do Império – e o

reconhecimento do PRR como verdadeiro “repositário das aspirações republicanas” (Love, op.cit.:120).

Embora a atividade política dos militares tenha se arrefecido após a morte do marechal em 1895, e com desfecho da República militar no ano anterior, o florianismo continuou pairando sobre as classes dominantes durante o governo de Prudente de Moraes (Silva, 1987:30-31). O primeiro presidente civil enfrentou a fúria dos jacobinos, adversários da República liberal, que fizeram do marechal a sua bandeira. Esse grupo de republicanos extremados, que derivava seu nome da corrente radical e predominante da Revolução Francesa, era constituído de membros da baixa classe média, operários e militares pauperizados (Fausto, 2006:256). Os jacobinos pretendiam fortalecer a República contra as pretensões monarquistas, segundo eles espalhadas em toda parte, inclusive, àquela época, no movimento messiânico conduzido por Antônio Conselheiro. O baixo desempenho do Exército no sertão baiano contra os revoltosos de Canudos forneceu munição aos florianistas jacobinos para atacar o governo de Prudente, que havia reduzido os orçamentos da armada. As sucessivas e escandalosas derrotas militares às mãos dos jagunços de Conselheiro evidenciaram, segundo Sodré, “o grau de deterioração a que o Exército fora submetido, sua incapacidade de travar uma luta organizada...” (Sodré, op.cit.:182). Entretanto, Prudente conseguiu reverter os golpes e recobrar sua popularidade, atribuindo à vanguarda jacobina, constituída de florianistas radicais, a autoria da conspiração para assassiná-lo. Tendo resultado na morte do seu acompanhante, o marechal Machado Bittencourt, veterano da Guerra do Paraguai e autor da campanha que derrotara a rebelião de Canudos, o atentado, cometido em fins de 1897, afetou drasticamente a imagem pública do Exército e das forças armadas em geral (Keith, op. cit.:79-80).

Com a sucessão de Prudente por outro paulista, Campos Sales, o movimento jacobino se dissolveu e a política oligárquica seguiu triunfante. A administração presidencial de Campos Sales conseguiu manter o Exército sob rígido controle. As forças do latifúndio trataram de consolidar seu poderio e influência através de um novo arranjo político. Tinha início a chamada “política dos governadores”, que previa um comando dos governadores dos principais

Estados do país (São Paulo e Minas Gerais) nas grandes decisões nacionais, como a indicação dos candidatos à Presidência.³⁸ A conservação do *status quo* dependia do controle das políticas estaduais por parte das oligarquias fiéis ao regime nacional.

IV. 4. 1894-1922: primeira fase dos governos civis

IV. 4.1. O poder armado das oligarquias

Contra os refratários à política dos governadores, as classes dirigentes empregavam o poder de fogo do Exército. Ao mesmo tempo, temiam-no, e procuravam se defender contra ele de diversas maneiras (McCann, op.cit.:153). Apesar de terem preconizado programas de aperfeiçoamento e profissionalização do Exército, os governos civis até então não haviam cuidado com seriedade do assunto. As classes dirigentes só podiam concordar em teoria com a modernização do Exército; na prática, o reaparelhamento da corporação representava uma ameaça ao regime oligárquico vigente.

Contra a corporação militar foram mobilizados vultosos esforços. Até a implantação da República, a Guarda Nacional fora a principal força concorrente do Exército na administração do uso da violência. Mesmo depois da implantação do novo regime, “cada estado possuía suas próprias unidades da Guarda, com oficiais extraídos da elite política local e soldados” (Id.Ib.). Os Estados da federação contavam ainda com forças policiais próprias. Observa Sodré:

dois são os caminhos que, quanto à organização do aparelho militar de que o Estado sempre carece, seguiria a política oligárquica: fortalecer a Marinha, como órgão do poder central, capaz de enfrentar um Exército maculado pela turbulência; criar forças irregulares, com tendência para se tornarem regulares, nos

³⁸ Para maiores esclarecimentos acerca da “política dos governadores”, ver a obra clássica de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto* (1993). O autor observa que a política dos governadores não foi criação de Campos Sales; o sistema representava mais a consolidação de uma prática recorrente na vida pública brasileira do que o resultado da engenharia política do novo presidente paulista.

Estados, para servir aos poderes locais e, em determinadas eventualidades, no apoio recíproco, ao governo federal (Sodré, op.cit.:183-184).

O potencial bélico das polícias estaduais era proporcional ao peso político e econômico de cada unidade independente dentro da Federação. Por isso não é de se estranhar que São Paulo, antes mesmo da União, já contasse com aviação militar e o apoio de uma missão francesa para treinamento da Força Pública.

Baseando-se em dados estatísticos, Carvalho mostra que, de 1889 a 1933, os efetivos das polícias militares superavam os do Exército em muitos Estados brasileiros. Essa situação vinha se delineando desde o fim da Primeira República, quando os presidentes dos principais estados incrementaram suas guarnições a fim de se proteger contra eventuais intervenções federais. De acordo com Murilo, o poder armado das oligarquias locais era um obstáculo à elaboração e execução de uma política de defesa nacional em sentido amplo (Murilo, op.cit.:57-58). Esse obstáculo só seria definitivamente removido com o processo de centralização política iniciado no pós-1930, que esvaziou o poder dos Estados e ampliou a influência das Forças Armadas no cenário nacional.

IV. 4.2. Primeiros confrontos armados entre Exército e oligarquias

A primeira manifestação violenta dos militares contra a República oligárquica irrompeu na capital federal em fins de 1904, com a revolta da Escola Militar da Praia Vermelha. Em meio às agitações de rua contra a vacinação obrigatória decretada pelo governo federal, trezentos estudantes da escola marcharam em direção ao Palácio do Catete a fim de depor o então presidente

Rodrigues Alves. O grupo enfrentou o bloqueio da polícia do Rio, batendo em retirada após intenso tiroteio noturno. Ainda durante a noite, navios da marinha lançaram bombas sobre o pátio da escola para intimidar os rebeldes, que se renderam na manhã seguinte. Naquele mesmo ano o governo decretou o fechamento definitivo da Escola Militar da Praia Vermelha. Nas palavras do coronel Inocêncio Serzedelo Correia, oficial a favor do movimento, a revolta visava a “completa renovação da nação”, a ser alcançada através da “destruição da presente ordem e da completa mudança do cenário político” (MacCann, 2007:135-136). Apesar do seu afastamento forçado da política, os militares continuaram cultivando no interior das escolas de guerra o espírito reformista que fora intenso durante o período de Floriano.

Os conflitos armados entre os setores reformistas Exército e as oligarquias estaduais se intensificaram durante a presidência de Hermes da Fonseca (1910-1914). As escaramuças estavam relacionadas com as contradições que permitiram a chegada do marechal à Presidência. Hermes contara ao mesmo tempo com o apoio de oligarquias de vários estados, governantes e dissidentes, e de oficiais do Exército. Assim, entre seus apoiadores se encontravam aqueles que desejavam mudanças no controle político de determinado Estado e aqueles que pretendiam a conservação do domínio vigente. Militares e oligarquias se situavam tanto de um lado como do outro (Id.:159-160). A fim de destituir oligarquias estaduais hostis ao governo central, Hermes iniciou uma complexa série de intervenções militares em vários Estados, que ficaram conhecidas como “salvações”. Na maioria dos casos, os governos dos Estados “salvos” das oligarquias dirigentes eram assumidos pelos oficiais militares interventores. Em meados do mandato de Hermes, a maioria dos estados nortistas já estava sendo governada por oficiais do Exército. Os Estados mais poderosos do país – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – não sofreram intervenções, dado, como é consensual entre os estudiosos, a enorme capacidade de resistência das suas forças policiais (Keith, op.cit.:131-132). Durante as “salvações”, oficiais e grupos, por vezes, agiram autonomamente, sem o apoio da organização, o que revelou, de acordo com Murilo, “a persistente falta de coesão hierárquica do Exército (...) e o também persistente preconceito dos militares contra os políticos

e as oligarquias” (Murilo, 2005:48). Exemplo de inobservância da hierarquia, e da divisão interna da corporação, fora dado pela intervenção no Ceará, onde o tenente-coronel Franco Rebelo, ex-chefe do Estado-maior da Região Militar, tomou o governo das mãos do oligarca Antônio Accioly. A oposição a Rebelo, composta da família Accioly e do padre Cícero em Juazeiro, recebeu apoio de tropas federais, o que desencadeou uma convulsão no Exército. No Rio de Janeiro, o Clube Militar, que se manifestou solidário a Rebelo, foi fechado por ordem do Presidente, que decretou também estado de sítio parcial no Estado. Hermes forçou Rebelo a deixar o governo do Ceará, nomeando interventor Setembrino Carvalho, que restabeleceu no comando do Estado a oligarquia local (McCann, op.cit.:165-170). Apesar das ambições pessoais dos militares e do próprio presidente, e ainda das ambiguidades do hermismo, as “salvações” chamaram a atenção para os esforços de o Exército avançar com o domínio sobre os Estados, nas mãos das oligarquias.

IV. 4.3. Profissionalismo militar na Primeira República e intervenção política

No governo Afonso Pena (1906-1910), com a nomeação do marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do ex-presidente Deodoro da Fonseca, para o cargo de ministro da Guerra, o Exército pareceu ganhar tratamento mais valoroso. Hermes procurou estender a todo o Exército as reformas que buscava implantar no quarto Distrito Militar. Com o apoio do ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, o marechal enviou grupos de oficiais brasileiros para treinamento na Alemanha nesse período. Entre os oficiais enviados estavam Estêvão Leitão de Carvalho e Bertoldo Klinger, futuros responsáveis por uma nova visão acerca do papel das Forças Armadas no Brasil. O objetivo da missão era supervisionar a reorganização do Exército daquele país. Hermes era grande entusiasta da organização militar alemã, considerada a mais eficiente do mundo àquela altura. Apesar de todos os esforços do ministro, a missão alemã foi abortada, para a frustração de alguns oficiais, devido à forte influência francesa sobre a elite brasileira.

Com a Primeira Guerra Mundial, um novo sentimento de frustração se abateu sobre a nação e o Exército. A guerra aumentou a percepção da disparidade entre as forças armadas nacionais e as estrangeiras. O conflito contribuiu para a retomada do programa de profissionalização dos serviços militares, agora por Venceslau Brás, que governava o país (1914-1918), e tinha como ministro da Guerra o general José Caetano de Faria, defensor de um audacioso programa de reforma militar. As reformas defendidas por Faria refletiam claramente a preocupação do Exército em adquirir exclusividade sobre o emprego da violência. Assim, o ministro preconizava o controle da Polícia Militar dos estados e da Guarda Nacional. Propunha que as forças policiais estaduais fossem designadas como reserva de primeira linha, e que os instrutores do Exército fossem designados às unidades estaduais; a Guarda Nacional, segundo ele, deveria ser usada como reserva de segunda linha (McCann, *op.cit.*:227). Como observa Keith, o programa de Faria e de outros reformistas pretendia transformar o Exército na principal força terrestre do país (Keith, *op.cit.*:162). O desejo dos militares reformistas era também o de que o país se libertasse da dependência de materiais bélicos importados, e explorasse internamente fontes de ferro e aço para a construção de indústria nacional de armamentos (McCann, *op.cit.*:239-240). Como tais apelos não foram atendidos pelos líderes nacionais, ao cabo da Primeira Guerra os reformistas acabaram se dando conta de que o sistema político e social era totalmente contrário às reformas do Exército, já que as oligarquias regionais tinham disso uma idéia clara de ameaça (Id.:243).

Outro ponto importante da plataforma de reformas defendida por Caetano de Faria, que também visava aumentar a eficiência da corporação, era o serviço militar obrigatório. O problema do alistamento militar era grave no país, pois não havia voluntários suficientes para compor as fileiras do Exército.³⁹

A questão do alistamento militar obrigatório suscitou polêmica nos meios intelectuais brasileiros da época, envolvendo os nomes de Olavo Bilac, filho de militar e poeta renomado, e Alberto Torres, intelectual ligado às oligarquias

³⁹ Destaca McCann que a carência de pessoal era maior no Rio Parto, Rio Grande do Sul. O Nono Regimento de Infantaria, ali situado, contava com 90 praças e dois oficiais em vez de 590 e 49, respectivamente, como prescrevia o regulamento; ligado ao Nono Regimento, o Quarto Batalhão de Engenharia tinha 50 praças e três oficiais em vez dos 235 praças e 18 oficiais previstos (McCann, *op.cit.*:159).

agrárias do Estado do Rio de Janeiro. Bilac e Torres defenderam posições opostas sobre o assunto. Em artigo publicado na revista *A defesa Nacional*,⁴⁰ Bilac sai em defesa do “serviço militar generalizado e obrigatório, por ele definido como “o único providencial remédio para o nosso definhamento”. As condições em que se encontrava o povo brasileiro foram descritas por Bilac com enorme aspereza. As cidades, segundo ele, são tomadas por “ociosos, descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de ‘abc’ e do trabalho”; são homens (se é que assim podem ser chamados) “infelizes, sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão”. A sorte dos brasileiros não é diferente nos “muitos sertões desamparados”, onde os mais humildes vivem abaixo da condição humana. Acachapadas pela máquina eleitoral dos governos locais, as camadas populares são “mantidas na mais bruta ignorância, mostram só inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência”. No seu diagnóstico da sociedade, não há cidadãos, mas apenas uma “multidão de criaturas humanas”, que é ignorada pelas classes cultas. Dentro de uma perspectiva antiliberal, Bilac condena os interesses próprios e partidários de classe que, no seu entendimento, contaminam o organismo social e dispersam a multidão – “cada um quer gozar e viver sozinho, e crescer, prosperar, brilhar, enriquecer depressa, seja como for, através de todas as traições, por cima de todos os escrúpulos”. Sua crítica recai sobre os políticos profissionais, que ao conduzir o povo nada fazem para impedir a dispersão do bando, aproveitando-se de modo egoísta das suas fraquezas.

A saída desse estado de coisas é, para o escritor, a “instrução primária, profissional, militar e cívica”. Ele acredita que, apesar do estado malbaratado dos homens do povo, ainda havia na maior parte deles um pouco de patriotismo e de consciência pessoal, que deveriam ser estimulados pela Liga de Defesa Nacional, da qual é porta-voz. Assim, seu diagnóstico pessimista acerca das condições em que se encontram os brasileiros, é contrabalançado por um forte otimismo em relação ao futuro da nação. Nas suas palavras,

⁴⁰ O referido artigo de Bilac, que serviu de base para a síntese que ora segue, está contido, na íntegra, em Carone (1976:297-302).

...todo o Brasileiro pode ser um admirável homem, um admirável soldado, um admirável cidadão. O que é preciso é que todos os Brasileiros sejam educados. E o Brasil será uma das maiores, uma das mais formidáveis nações do mundo, quando todos os brasileiros tiverem a consciência de ser Brasileiros (Carone, op.cit., Bilac apud Carone:301).

Parafraseando o poeta, para os males do povo, o remédio seria a militarização de todos os civis. A caserna funcionaria como uma espécie de “filtro admirável”, transformando “homens andrajosos e malbaratados em cidadãos dignos e felizes”, conscientes dos seus deveres cívicos.

Escrevendo para o jornal *Estado de São Paulo*, Alberto Torres⁴¹ reiterava suas objeções a respeito do “serviço militar obrigatório”, em franco desacordo com as posições defendidas por Bilac. Para Torres, o instituto não se aplicava ao Exército, porquanto, do seu ponto de vista, demandava estado de organização prévio que faltava tanto àquela corporação, quanto à sociedade como um todo. E onde não ocorria organização, sustentava Torres, “não pode haver pensamento coletivo, iniciativa popular, surto espontâneo de consciência ou de vontade nacional”. Na prática, considerava, não há no Brasil Exército, sociedade ou nação; nada mais sobra além de uma população dispersa, sem tradição ou ideias próprias, que traz “de fora”, sem cuidado, modelos e diretrizes. Nesse sentido, o “serviço militar obrigatório” não passava de arroubo, de “febre e excitação patriótica”, de estado irrefletido de quem o promove. Nada mais falso, portanto, do que a “educação pela caserna” – “velha panacéia do espírito autoritário”.

No discurso de Torres, o serviço militar obrigatório assemelhava-se a ponta do iceberg, o corolário inevitável do exército permanente, provavelmente o ponto central da sua crítica. O autor chamava a atenção para o caráter antidemocrático da oficialidade permanente, dotada de privilégios e poderes de comando próprios, em nítido contraste com as regras e os costumes gerais da vida social. Fechada em si mesma e isolada do restante da sociedade, a classe militar tendia formar uma espécie de casta, de aristocracia totalmente imune “à autoridade legal, à obediência consciente, à justiça distributiva das posições, na igualdade de lei e

⁴¹ O texto em menção, a seguir sumariado, também se acha integralmente transcrito em Carone. (Op.cit.:282-297).

das possibilidades – que é o princípio básico das democracias”. Nesse caso, nem mesmo a origem popular da oficialidade e a possibilidade de todos os cidadãos se fazerem oficiais podiam evitar o perigo.

De espírito liberal, Torres considerava que o fortalecimento das tropas regulares representava uma ameaça às liberdades individuais. Em substituição ao exército permanente, tipo de organização que considera mais favorável para países que empreendem táticas de guerra ofensiva, Torres recomendava a formação de uma milícia cívica, modelo que, no seu entendimento, se ajusta melhor à estratégia defensiva de um país pacífico e de natureza democrática como o Brasil. Dada a vasta extensão do território brasileiro, a milícia cívica é apontada por Torres como o melhor sistema de defesa nacional. Na sua visão estratégica, nenhum exército regular, por maior que seja, pode defender mais eficazmente o país do que cidadãos espalhados de um extremo a outro, “com a sua carabina e o seu cavalo em casa”.

Um aspecto não explicitado pelo autor, mas que pode ser perfeitamente considerado a partir de suas ideias, é o de que a distribuição irregular de cidadãos armados por todo o território do país afasta a possibilidade do exercício abusivo do poder das armas por uma única força militar.

O ingresso do Brasil na Primeira Guerra, em 1917, justificou os esforços dos reformadores para engrossar as fileiras do Exército. A introdução do sorteio militar no ano anterior aumentou a reserva da corporação que, não obstante, pleiteou junto ao Ministério da Guerra, a incorporação das policiais estaduais e dos bombeiros como forças auxiliares. O controle decisivo sobre esses corpos militares só foi assegurado no Estado Novo (Op.cit.:237); porém, desde os anos 10 o Exército já manifestava sua pretensão de adquirir domínio exclusivo sobre poder de fogo, visando seu próprio engrandecimento.

O profissionalismo militar foi introduzido no Brasil pelos jovens oficiais que haviam estagiado no Exército alemão – os chamados Jovens Turcos⁴² – e pelos alunos da Missão Militar Francesa. De acordo com Carvalho, os jovens oficiais

⁴² O nome fora dado em alusão ao papel desempenhado por jovens militares na revolução modernizadora na Turquia.

adeptos do profissionalismo militar atribuíam como função primordial do Exército a defesa externa. Não caberia, assim, à corporação se pronunciar a respeito da política interna. Entre os maiores defensores dessa posição, segundo o estudioso, estava Estevão Leitão de Carvalho (Carvalho, 2005:106). O apolitismo militar, no entanto, não parece ter sido o princípio adotado por Leitão de Carvalho e nem tampouco pelos jovens turcos em geral, pelo menos quando da fundação da revista *A Defesa Nacional*.⁴³ No editorial do primeiro número, Leitão de Carvalho, em co-autoria com Bertholdo Klinger e Joaquim de Souza Reis, defende abertamente a intervenção militar na vida política e social do país. Nas suas linhas lê-se:

Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, – o exército – única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente – vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social” (*A defesa nacional: revista de assuntos militares*, ano 1, no. 1, out./1913).

Nos termos do editorial, o Brasil é caracterizado como uma sociedade prematura, experimentando um momento de transição com a chegada de novos elementos sociais, que se fundem numa massa disforme e desorganizada. O ritmo apressado das mudanças em curso provoca desarranjos sociais e ameaça a própria estrutura da sociedade. Nesse cenário de iminente perigo para a sociedade, somente o Exército Nacional, na condição única de instituição organizada, poderia neutralizar as forças sociais em ebulição e preservar a ordem. Cumpriria assim aos militares uma função ao mesmo tempo conservadora e transformadora. Dito de outra maneira, o Exército estaria comprometido tanto com a ordem como com o progresso. Isso significa que o progresso só é

⁴³ Fundada no Rio de Janeiro em 1913 pelos jovens turcos, a revista recebeu mesmo nome do órgão propagador da renovação militar na Turquia. Tornou-se o principal veículo de difusão das propostas de mudança da jovem oficialidade.

reconhecido e apontado como benéfico para um povo quando acompanhado da ordem.

É mister observar que, no entendimento do grupo da *Defesa Nacional*, a ingerência do Exército na vida política do país só se justificaria em razão do estágio prematuro em que se encontrava a sociedade brasileira. Nesse sentido, a intervenção militar duraria, conforme previsto, somente o tempo necessário para a consolidação da nova ordem social. É o que fica evidente na passagem do editorial que segue abaixo.

... é um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistires à sua formação e desenvolvimento e que só num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função (Id.Ib.).

Como indica o trecho acima, a modernização do Exército, defendida pelos seus editores, não implicava, como a princípio se poderia supor, no distanciamento dos militares dos assuntos de natureza político e que, como tais, afetam o destino da nação. O ideário da modernização vem associado às reformas sociais pretendidas por aquela oficialidade. Assim, nos seus dizeres,

A necessidade, pois, de construirmos um exército que corresponda as nossas legítimas aspirações de desenvolvimento e de progresso, está acima de qualquer discussão. Num momento histórico, como o que atravessamos, em que a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar – o Brasil, que é um dos mais opulentos países da Terra, não pode cruzar os braços indiferente aos rumores de luta, que nos chegam dos quatro pontos cardiais e confiar a defesa de seu patrimônio aos azares do destino (Id.Ib.).

Como observa Coelho, “o pressuposto de que a neutralidade ou apolitismo militar era condição indispensável para o aperfeiçoamento profissional foi recusado” pelos jovens oficiais. Tinham eles, ainda segundo esse estudioso, a

percepção nítida de que “a abstenção política fora quase sempre a subalternidade militar imposta pelas elites civis e a ausência de qualquer compensação em termos de níveis mais altos de modernização e profissionalização do aparelho militar” (Coelho, op.cit.:94).

O apolitismo dos reformadores militares, portanto, deve ser compreendido de outra maneira. Para aqueles oficiais, ser apolítico significava apenas não participar da política partidária. A atuação política dos militares vinha desde os tempos do Império. Já nessa época, os oficiais reformadores manifestaram a percepção de que os interesses da corporação não podiam ser defendidos sem a intervenção nos assuntos gerais do Estado. O segmento da corporação que primeiro se lançou politicamente contra o regime monárquico foram os jovens oficiais da Praia Vermelha. O intervencionismo reformista do grupo girava em torno da ideia do soldado-cidadão, formulada e difundida por Benjamim Constant, orientador da Escola. Na concepção de Constant, o soldado deveria ser “o cidadão bem armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso” (Constant apud Domingos, 1980:64). Assim, parece incorreto falar de profissionalismo militar apolítico, já que desde cedo os esforços no sentido de modernizar a corporação, de profissionalizá-la, por assim dizer, concentraram-se na intervenção política dos militares no sistema social.⁴⁴

Ao término da Primeira Guerra, os jovens modernizadores de *A Defesa Nacional* reconheceram, através de seus editoriais, a incapacidade do alto oficialato para modernizar o Exército com meios próprios, e ressaltaram a necessidade de contratar instrutores estrangeiros para treinar as forças brasileiras (Domingos Neto, 2007:226). Apesar das simpatias dos jovens turcos pelo modelo militar alemão, a derrota desse país na guerra acabou determinando a escolha de um exército vitorioso. Coube então à França exportar sua “doutrina de guerra” aos militares brasileiros. A Missão Francesa chegou ao Brasil em 1920. Seu objetivo, como assinala McCann, era

⁴⁴ O entendimento desta questão é facilitado pelo conceito de política em Weber, que significa “a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” (Weber, 1974:98).

criar os alicerces de um exército moderno, organizando escolas para treinar oficiais profissionais, melhorando a capacidade do Estado-Maior para dirigir o Exército, reformulando os regulamentos sobre treinamentos e táticas, elaborando um sistema de promoções que assegurasse a ascensão dos oficiais mais capazes aos postos de liderança importantes e criando verdadeiras unidades táticas (McCann, op.cit.:270).

Alguns pontos da reforma encaminhada pela Missão geraram polêmica no interior da corporação, à medida que interferiam na sua estrutura de poder. Nesse sentido se deu a mudança nos programas de ensino, que passaram a privilegiar uma formação mais técnica e profissional em lugar do bacharelismo (literatura, filosofia) das escolas militares, dentro do qual haviam se formado os velhos oficiais. A alta oficialidade também viu ameaçados seus privilégios e posições com a introdução de novas regras de ascensão na carreira. Passava a contar mais o mérito e a formação profissional recebida para a promoção hierárquica que o apadrinhamento costumeiro (Domingos Neto, 2007:223).

Além de promover essas mudanças, a Missão Francesa expandiu o poder do Exército com o aumento do efetivo da corporação, a renovação do armamento (desde então o Exército passou a contar com aviação militar e moderna rede de comunicação), a melhoria das instalações (quartéis, escolas) e a reestruturação do Estado-Maior como órgão de comando geral das atividades militares e formulador de políticas de defesa nacional, até então inexistente no país (Domingos Neto, 1980:47-49).

Segundo McCann, a Missão, paradoxalmente, fomentou a indisciplina e a rebeldia dos tenentes, que passaram a se considerar mais bem treinados que seus superiores (McCann, op.cit.:338). Ademais, atenta o brasilianista, a instrução francesa incitou aqueles jovens oficiais à ação política contra o governo civil, percebido pelos mesmos como principal obstáculo à modernização do Exército. Na visão dos tenentes, a reforma da corporação dependia, antes de tudo, da reforma da sociedade; uma era indissociável da outra (Id.:339). O ponto aqui em questão sugerido por McCann é que o profissionalismo militar no Brasil não afastou os militares da política, mas, ao contrário, aproximou-os mais dela (Id.Ib.).

Nos anos 20, a jovem oficialidade decidiu participar ativamente dos destinos do país, cruzando-o de ponta a ponta, ao longo de quase todo o período. Nesse tempo, os oficiais-tenentes entraram em choque com forças governistas e milícias locais dos coronéis sertanejos. Sua longa marcha viria a se constituir, nas palavras de Hélio Silva, como “a mais importante demonstração de guerrilha do continente” (Trevisan, op. cit.:65).

IV. 4.4. O tenentismo e a Revolução de 1930

Em 1922, oficiais jovens do Exército se rebelaram no Rio de Janeiro (Escola Militar de Realengo e Forte de Copacabana⁴⁵) e em Mato Grosso (guarnição local). O descontentamento dos militares reformistas com o descaso com que vinha sendo tratada a corporação pelos sucessivos governos civis aumentara com o problema das cartas que o candidato à sucessão presidencial, Artur Bernardes, teria supostamente escrito, insultando a honra do Exército e de um dos seus chefes, o marechal Hermes da Fonseca. O estopim da revolta veio quando o Hermes teve a prisão decretada por Afonso Pena, por insubordinação.⁴⁶ Em pouco tempo a revolta foi reprimida pelas forças legalistas do Exército. Dois anos depois, na mesma data da primeira, dia 5 de julho, irrompeu em São Paulo revolta muito mais séria da juventude oficial, liderada pelo major Miguel Costa, comandante da Força Pública do Estado.⁴⁷ Os rebeldes conseguiram romper o cerco das tropas legalistas, deixando a cidade em direção ao sudoeste do Brasil, onde se encontraram com o grupo de oficiais tenentes sublevado no Rio Grande do Sul e comandado pelo capitão Luis Carlos Prestes. Era o início da jornada épica da Coluna Prestes. Depois de percorrer o país de norte a sul, a Coluna se

⁴⁵ O episódio do Forte foi o primeiro – e talvez o mais heróico de todos – de ousadia dos oficiais-tenentes. Onze oficiais tenentes, alguns soldados e um civil avançaram sobre tropas do Exército nas calçadas de Copacabana, enfrentando-o. O episódio culminou com a morte de quase todos os rebeldes e entrou para a História como “Os 18 do Forte”.

⁴⁶ O marechal havia incitado, em telegrama, as guarnições federais de Pernambuco à resistência pacífica contra a intervenção no Estado sob as ordens do presidente. Daí sua prisão.

⁴⁷ Outros nomes importantes da revolta foram os do general Isidoro Dias Lopes – único participante dentre militares de alta patente – e dos jovens oficiais Eduardo Gomes, Osvaldo Cordeiro de Farias, Joaquim e Juarez Távora.

extinguiu no início de 1927, quando seus principais integrantes se exilaram na Bolívia.

A primeira interpretação do movimento tenentista – realizada na sequência dos acontecimentos e que se tornaria clássica – foi a de Virgínio Santa Rosa. De acordo com ele, os tenentes representaram os anseios de expansão política das classes médias. Destacava-se dela “o funcionário das administrações públicas e particulares, o empregado do comércio, o proletário dos campos e das fábricas” (Santa Rosa, op.cit.:27). A reunião desses elementos formava a pequena burguesia. Essa classe cresceu junto com a alta burguesia, detentora do Poder e sua antagonista na arena política desde o início da República. Formada a partir da aliança da fábrica com o latifúndio, a alta burguesia confundia-se com as oligarquias regionais (Id.:28-30).

O domínio da máquina eleitoral e das massas rurais pelo senhor de latifúndio tirava da pequena burguesia as chances de representação no Parlamento, ensejando o descontentamento do povo das cidades (Id.:30-31). A insatisfação geral da pequena burguesia se fez sentir nas agitações dos quartéis na década de 20. Aos militares indisciplinados aglutinaram-se as oposições regionais numa frente ampla que desembocou na Revolução de 1930. Santa Rosa identifica assim na massa dos revolucionários de 1930 “duas correntes extremas e antagônicas”: uma, mais moderada, representada pelas oligarquias mineira e gaúcha; e outra, representante dos reclames da pequena burguesia e, portanto, interessada em reformas mais profundas da sociedade, que se centrava na juventude militar (Id.:55-56). Fazia parte do primeiro grupo o chefe do Governo Provisório que, não obstante, diante das crescentes massas urbanas, preparou as reformas sociais reclamadas pela pequena burguesia (Id.:115).

A tese de Santa Rosa não se submete ao esquema mais comum do marxismo, que indica um estado de luta de classes entre agrários e industriais. Ao contrário, parte da noção de que no Brasil da República os setores do comércio e da indústria estiveram em franca associação com o setor latifundiário. É que, de acordo com o autor, a grande burguesia não dispunha de força econômica suficiente para propor seu esquema próprio de poder. Nessa medida, foi obrigada a compor politicamente com as oligarquias governantes, submetendo-se a elas.

Por outro lado, o autor acaba se aproximando da linha teórica do marxismo ao propor uma interpretação classista do fenômeno militar. Nesse sentido, Santa Rosa não reconhece o movimento dos tenentes como dotado de autonomia para reivindicar reformas na sociedade em causa da sua própria corporação militar, o Exército.

Outra análise situada dentro dessa tendência é a Sodré. Para ele, a agitação dos grupos militares nos anos 20 esboçava as inquietações da classe média.

Sodré aponta que o movimento de rebeldia dos tenentes não se circunscreveu aos quartéis, a menos na sua primeira fase. Em outros dois momentos identificados pelo autor, os tenentes rebelados se ligaram às oposições políticas locais ou regionais, primeiro, e particularmente no Rio Grande do Sul, e depois, por fim, à oposição federal, quando se deu o problema da sucessão presidencial de Washington Luís e irrompeu no país a Revolução de 1930 (Sodré, op.cit.:213-214). Assim, ao longo desse processo, os tenentes se aliaram a grupos contra os quais antes ergueram armas, inclusive com seus próprios superiores no Exército.

A análise de Sodré converge com o que se postula aqui no seguinte aspecto: a formação de forças armadas nacionais corresponde ao surgimento de uma economia nacional identificada com o industrialismo. Essa etapa, ou “Fase Nacional”, como ele chama, só se abre com a Revolução de 1930, que é “quando o país começa a definir-se em termos de nação e a criar as condições para o aparecimento de Forças Armadas inequivocamente nacionais” (Id.:230-231). No período anterior, que Sodré caracteriza de Fase Autônoma, “não estavam dadas as condições que permitiriam a transformação das Forças Armadas em instrumento Nacional”. Sodré divide esse período em duas fases. A primeira tipificou-se pelo problema das províncias, que não pôde ser resolvido pelas Forças Armadas, dada a dimensão larga do território e a ausência de meios materiais. A contraparte dessa impossibilidade era o risco de submergir movimentos de rebeldia, o que de fato ocorreu no período regencial. Para enfrentar essa situação, a classe dominante senhorial empregou “instrumentos militares que não as Forças Armadas, isto é, os mercenários e os elementos que

a Inglaterra colocava à disposição do governo do Rio de Janeiro” (Id.:229-230). A outra fase, ou subfase, se iniciou com o término da Guerra do Paraguai, momento em que o Exército surgiu como força organizada, capaz de neutralizar as ações da Guarda Nacional. Seguiram-se daí questões em que a participação militar foi importante ou específica: o movimento abolicionista, a República, o tenentismo. Sodré associa essas questões à ascensão econômica da burguesia que, contudo, ainda não tinha condições, segundo ele, para forjar o aparelho militar, como o fez a burguesia européia àquela altura (Id.:230-231). No seu entendimento, a ausência de burguesia, e sua debilidade depois,

são condicionamentos que definem a ausência de uma economia nacional e, portanto, de bases nacionais para o desenvolvimento material e, conseqüentemente, para o equipamento das Forças Armadas, que vivem e se adaptam, em sua organização para o combate, ao equipamento comprado no exterior, quando a Europa é grande, quando não única, fornecedora de material bélico, distinguindo-se a França como provedora de armas para a infantaria, a Alemanha para a artilharia, a Inglaterra para a Marinha (Id.:232).

A passagem acima atenta para a relação entre industrialismo e desenvolvimento militar.⁴⁸ No período pré-industrial destacado por Sodré, o Exército careceu dos recursos necessários para fazer valer sua posição de agência nacional controladora dos meios de violência. A insuficiência do poder central de administrar com meios próprios a violência internamente ocupa o centro do debate desta tese, na medida em que coloca o problema da limitação do Exército como e enquanto instituição coercitiva nacional. Na percepção que se têm e desenvolve aqui – é importante reafirmar –, a ausência de uma economia industrial no país, capaz de dar ao Exército o monopólio bem-sucedido dos meios de violência dentro das fronteiras territoriais, incitou segmentos específicos da corporação a defender a reforma modernizadora da sociedade, com vistas na superação do agrarismo conservador. A finalidade última do Exército, como se entende, era a obtenção por parte da corporação de controle decisivo sobre a

⁴⁸ Tal relação é sugerida no primeiro capítulo deste trabalho com base no enfoque teórico proposto por Giddens.

posse dos recursos bélicos. Isso seria alcançado através da industrialização e, por conseguinte, do enfraquecimento político e econômico dos grupos oligárquicos, fonte paralela de poder armado no país.

A questão da violência, portanto, que ocupa centralidade na discussão promovida aqui, é apenas tangencialmente tocada por Sodré. Notoriamente, não é este o foco do autor, que se volta para os condicionamentos classistas na corporação.

Na mesma linha interpretativa de Sodré situa-se o argumento de Wirth. Esse autor indica a estratificação social dos tenentes como fator decisivo na formação de uma nova visão acerca dos problemas brasileiros, comprometida com a transformação nacional e o progresso material do país.

A grande preocupação dos tenentes com o atraso e a imobilidade social do Brasil pode ser atribuída às suas origens de classe, predominantemente na baixa classe média, e ao fato de que muitos deles se formaram oficiais de engenharia. Embora essas duas considerações não tenham sido examinadas em profundidade, pode-se especular na base sobre o que se conhece sobre as aspirações da classe média na América Latina: desde sua infância, as famílias oficiais chamaram sua atenção para os obstáculos para a mobilidade social e econômica; enquanto isso, sua formação na escola militar lhes tinha inoculado a crença num papel redentor do Exército no Brasil, crença essa que datava da derrubada de D. Pedro II em 1889 (Wirth, op.cit.:41).

Já Keith considera que a formação específica dos oficiais nas escolas militares teve maior relevância para sua mobilização política do que suas origens sociais de classe. Embora possa estar correta nesse aspecto, Keith deixa também de considerar os militares como integrantes de instituição singular do Estado, a repressiva. Nesse sentido, o autor não atenta devidamente para o fato de que a função primordial do Exército vinha sendo esvaziada pela atuação das agências repressivas estaduais, correspondentes ao “braço armado” das oligarquias.

As revoltas dos tenentes não contaram com o apoio da maioria dos jovens turcos. Bertholdo Klinger, um dos mais notáveis do grupo, por exemplo, pegou em

armas contra os rebeldes de 1924, embora tenha inicialmente se simpatizado pelo movimento (Carvalho, 1997:213). Convergiam, parece verdade, em ideias básicas de renovação da sociedade: governo central forte, serviço militar obrigatório, intervencionismo estatal na economia, educação cívica das massas, preparação profissional do Exército, intervenção do militar na política. Em concurso com os jovens turcos, observa Wirth, os tenentes atribuíam as grandes mazelas do país “ao sistema latifundiário, à monocultura e ao imperialismo econômico” (Wirth, op.cit.:40). “Não confiavam nos políticos e acreditavam que os civis administravam a República de modo errôneo” (Id.Ib.). Tinham também a mesma concepção autoritária da política, decorrente da própria estrutura militar hierarquizada, que os acostumara a dar e a obedecer ordens. Além disso, os tenentes possuíam uma visão messiânica da corporação porquanto, no entendimento do grupo, era a única força social capaz de salvar o país do seu atual estágio de deterioração moral e de impulsioná-lo ao patamar das grandes nações modernas (Id.:41).

Mas, ainda segundo Wirth, os tenentes

diferiam dos seus superiores no que toca ao papel dos militares nas questões do país. Os tenentes, por seu lado, partiriam para uma reforma e regeneração da nação; seus superiores se contentariam com um papel mais ativo numa administração reformada e centralizada (Id.:40).

Divergiam assim quanto ao modo de proceder com as reformas necessárias. Ao contrário dos “turcos”, que nos anos 10 representavam a intelectualidade do Exército, os tenentes se concentraram na ação política armada, e comumente marcada por grande ousadia. Pretendiam “salvar” a sociedade da corrupção que a atacava em diferentes esferas, começando pelos quadros superiores do Exército, por eles vistos como coniventes com as tramóias dos governantes civis. Buscavam, assim, remover à força os obstáculos que impediam o engrandecimento da corporação e do país.

Carvalho distingue as posições dos “turcos” e dos tenentes com base no que define como “intervenção moderadora”, no caso dos primeiros, e “intervenção reformista”, no caso dos segundos. Nos seus dizeres,

Os tenentes propunham uma intervenção reformista, a ser feita pelo militar independente, ou mesmo contra a organização. Klinger [o “turco”] propunha uma intervenção controladora ou “moderadora”, a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior (Id.:213-214).

O intervencionismo moderado das forças armadas consistia, portanto, numa ação conjunta da corporação, deliberada por seus oficiais superiores, e não partida de grupos subalternos e insurgentes. A mudança organizacional promovida pela Missão Francesa no Exército, que deu ao Estado-Maior monopólio de comando das atividades militares, centralizando e unificando mais a corporação, parece ter ajudado a desenvolver essa qualidade de intervenção. Carvalho aponta o movimento militar de 1930 como o primeiro ensaio de “intervenção moderadora”, liderado pelo próprio Klinger, chefe do Estado-Maior das Forças Pacificadoras que derrubaram Washington Luís do Poder (Id.:214).

Assim, nesse momento, as duas gerações de oficiais modernizadores se unificaram contra o sistema de poder das oligarquias conservadoras. Os tenentes aceitaram o comando militar do então tenente-coronel Góes Monteiro, integrante da missão alemã e repressor afincado do movimento tenentista. O próprio Góes havia se dado conta da relação entre a intervenção política dos militares e o engrandecimento do Exército e do país.

A oposição ao governo do presidente Washington Luís cresceu dentro da corporação, como destaca um estudioso do assunto, diante das propostas reformistas da Aliança Liberal, que previam a expansão do Exército, novos equipamentos e um sistema de promoção mais justo (Yong, 1979:19). Ao programa da Aliança Liberal aderiu a maior parte dos militares rebeldes da década de 20. Contudo, seu mais destacado líder, o tenente Luís Carlos Prestes,

recusou-se a apoiar a Aliança Liberal. Já tendo aderido ao comunismo, Prestes taxou de burguesa a Aliança.

McCann observa que o movimento de 1930 não foi a rigor revolucionário, e sim reformista. Nas suas palavras, o movimento

não tencionava eliminar a pobreza, e nem mesmo redistribuir a riqueza ou a renda nacional, não propunha retalhar as imensas fazendas que dominavam a agricultura e reformular a estrutura da posse de terra para torná-la mais equitativa, e não pretendia eliminar o analfabetismo. Os revolucionários queriam um governo honesto que promovesse a modernização, incluindo a industrialização e o desenvolvimento econômico, porém com pouca remodelação da estrutura social (McCann, op.cit.:392).

Ainda segundo esse mesmo estudioso,

os objetivos militares de homens como Góes Monteiro assemelhavam-se mais às ideias reformistas dos jovens turcos de 1913. Foi a concorrência dos oficiais quanto a esses objetivos reformistas que permitiu às várias facções das décadas de 1920 e 1930 finalmente trabalharem juntas pelo bem do Exército (Id.:392-393).

O que se observa, com base nisso, é que a modernização proposta pelos militares reformistas era de caráter conservador, já que deveria ser tomada “de cima”, sem a participação das massas. Os tenentes dos anos 20 e os turcos da década anterior estavam plenamente de acordo quanto a isto.

Nos anos 1930, segundo Boris Fausto, a perspectiva da modernização conservadora foi o outro lado da moeda do autoritarismo, que assumiu expressão maior entre os altos oficiais das forças armadas. Para esses, o Estado consistia no principal vetor da ordem e do desenvolvimento econômico (Fausto, 2004:357). A modernização do país pela via autoritária foi a senda tomada pelas forças armadas como um todo no período de 1930 a 1945, a despeito dos diferentes pontos de vista militares a respeito das relações exteriores e do grau de autonomia do projeto de desenvolvimento econômico (Id.:369). A partir de 1937,

com o golpe do Estado Novo, o Estado brasileiro, influenciado fortemente pelas forças armadas, radicalizou a política de industrialização nacional. Como observou Fausto, o setor agrário de exportação veio começar a perder espaço de influência dentro do Estado, que se voltou para o estabelecimento das indústrias de base no país, de aço e petróleo (Id.:369-370).

Na chamada Era Vargas, o estudioso destaca o fortalecimento das forças armadas, em especial o Exército, “tanto em número de efetivos quanto em reequipamento e posições de prestígio”. Também observa o enfraquecimento das forças públicas estaduais nesse período (Id.:358). Se no início da década de 1920 os efetivos do Exército eram equivalentes aos das polícias dos Estados (aproximadamente de 30 mil homens), às vésperas do Estado Novo o contingente da corporação haviam mais do que dobrado em relação às forças estaduais (Santos, 1933:25).

Além de fortalecer a economia do país e, com isso, criar as condições indispensáveis para a defesa nacional, a industrialização a promovida pelo Estado enfraqueceu o poder das oligarquias estaduais ligadas à agroexportação e conferiu ao Exército maior exclusividade quanto ao uso da violência. Finalmente, nessa nova conjuntura, os militares reformistas conseguiram projetar na vida nacional sua concepção modernizadora já flagrante desde os tempos finais do Império e, de tal maneira, concorrer, mais decisivamente, para a posição de principal agência físico-repressiva do país.

IV. 5. Considerações finais

O período de 1870 a 1930 foi marcado por variados dissídios entre as ditas facções modernizadoras do Exército brasileiro e o poder civil associado à ordem rural prevalecente no país. À frente da máquina estatal, as classes agrárias mostraram desconfiança, quando não verdadeiro temor, em relação ao Exército, no arco temporal destacado. Nesse sentido, atuaram visando o bloqueio da modernização do estamento militar.

Durante o Império, os efetivos e os gastos da corporação foram mantidos a níveis propositalmente baixos em relação a outros funcionários da máquina administrativa com status comparável, não obstante terem as forças armadas desempenhado papel essencial na manutenção da integridade política e territorial do país. Essa situação não mudou substancialmente com o advento da República, apesar do aumento dos gastos com o orçamento militar no período da chamada “República das Espadas”, em que estiveram à frente do país os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Tais gastos, entretanto, passaram a declinar ao término desse período a níveis comparáveis aos de fins do regime imperial. Os efetivos da tropa, por sua vez, ainda que tenham crescido no decorrer da Primeira República, permaneceram abaixo dos efetivos das polícias militares em muitos estados do Brasil. O poder armado dos grupos oligárquicos dominantes contrastava fortemente com o do Exército nacional. Com a extinção da Guarda Nacional em 1918, as polícias de alguns estados ganharam preeminência, vindo a contar com armamentos modernos, não raros mais avançados do que o equipamento do Exército regular. Aos oligarcas no Poder era indispensável o acesso às armas, já que não podiam confiar no Exército, em razão de que lhes faltava identidade com a corporação, muito embora parte da alta hierarquia, cooptada pela ordem vigente, fizesse o jogo dos “donos do poder”.

A despeito da política predatória das elites agrárias em relação ao Exército, entre 1870 e 1930 a corporação passou por mudanças estruturais importantes, assumindo perfil mais profissional, mais próximo do que prevalecia nos exércitos modernos da época. Embora faltasse unidade no Exército – o que ficou evidente com o movimento tenentista dos anos 20 – verificou-se, mesmo entre os altos oficiais, acordo quanto à necessidade de se ampliar o profissionalismo da corporação, dotando-a dos modernos meios técnicos e materiais de combate. O alcance efetivo desse propósito, entretanto, esbarrava nas pretensões das elites agrárias que, como já dito, buscavam esvaziar o poder armado do Exército e ao mesmo tempo fortalecer o seu.

A interpretação sugerida dos argumentos, fatos e dados apresentados na literatura revisitada neste capítulo é a seguinte. Do final da Guerra do Paraguai até a Revolução de 1930, os militares em questão investiram politicamente contra

a ordem agrária vigente visando, em especial, a defesa dos seus interesses de grupo. Nesse sentido, e como exemplo, foi de baixa relevância para a mudança de regime em 1889 as ideias e doutrinas que à época predominaram entre os modernizadores militares, como o positivismo e o evolucionismo.

O contraste político e ideológico entre o Exército e a “aristocracia rural” não passou assim de mero efeito de superfície da disputa que realmente interessava aos militares: uma corporação forte, moderna e profissionalmente eficiente.

Essa meta, na perspectiva do grupo destacado, não poderia ser alcançada sem a modernização industrial do país. A defasagem do industrialismo brasileiro comparado com o das sociedades europeias de então privava o Exército de partilhar dos modernos meios militares disponíveis no mundo moderno e, por conseguinte, tornava intangível qualquer política de defesa nacional demandada pelo grupo. Era assim de se esperar que os militares se engajassem na luta pela industrialização nacional. Mas não só por isso. Mais diretamente, o industrialismo seria uma poderosa arma a ser empregada pelo Exército contra seus adversários históricos. Levada adiante as reivindicações, elas, por vias de decorrência, solapariam a base do *status quo* político, que consistia na propriedade da terra.

Essas considerações finais são consonantes com o conjunto de ideias proposto nos capítulos anteriores.

V. CONCLUSÃO

Engrenagem indissociável do aparelho estatal, a corporação militar está intimamente associada ao poder político. O recurso específico desta corporação, o mesmo que faz dos seus membros uma categoria profissional distinta de todas as outras, é a violência – a essência última da Política, a palavra final de todas as formas de dominação, legítimas ou não-legítimas. Jamais um poder político constituído, ainda que republicano e democrático, pôde prescindir da violência, ou fazer dela um meio secundário, para se conservar diante dos seus opositores, estejam eles localizados na dimensão interna ou externa do Estado. Junto com a persuasão, a violência sempre esteve presente em todas as formas de governo, como elemento garantidor, em última instância, do Poder prevaiente. Sem o recurso à violência, as forças armadas não são o que são, e nem o Poder é o que

é. Sublinhar o aspecto em lide é essencial porquanto ele perpassou as diversas linhas de argumentação deste trabalho, que se desenvolveu a partir da análise crítica da literatura pertinente.

A questão central que lastreou a tese deve ser retomada, a título de retrospecto. Ela pontuou que as alas denominadas “reformistas” ou “modernizadoras” do Exército brasileiro, entre 1870 e 1930, identificaram-se com a industrialização do país. Batalhar por essa causa, na perspectiva desses militares, era reivindicar o controle dos meios de violência – sem os quais seria débil o estamento militar moderno. Ora, a implantação de moderno sistema fabril no país colocava em xeque o poder “armado” e político das oligarquias agrárias, assentado na ordem econômica rural exportadora de bens primários.

Nessa ótica, não seria possível lutar por forças armadas atualizadas e eficientes sem a contrapartida da modernização industrial brasileira. Nesse sentido, as facções modernizadoras de que aqui se trata estiveram muito adiante de seu tempo.

O desenvolvimento da questão permitiu a proposta dos conceitos centrais das duas teses que foram desenvolvidas, entre eles, e centralmente, o de “modernização”. Em consonância, a primeira tese concluiu, à luz da argüição crítica da literatura selecionada, que, no caso brasileiro, no período em pauta, a ala “reformadora” ou “reformista”, conduziu às ideias e práticas que levaram à modernização do país. A segunda tese, descartando-se outras opções teóricas, que, uma vez inspecionadas, mostraram-se incompatíveis com os objetivos propostos aqui, afirmou a pertinência da weberiana. Os militares formam-se, pensam e atuam como categoria social própria. No que diz respeito ao que se procurou demonstrar, o sentimento de “exclusivismo” dos seus membros em relação ao restante da sociedade e a apropriação monopólica dos recursos da força física. Reafirmou-se a compreensão do Exército brasileiro como agência burocrática que, no curso do processo de profissionalização do seu quadro de oficiais, iniciado com a Guerra do Paraguai, adquiriu maior competência técnica e domínio sobre meios de violência, voltando-se para a “arte da guerra”.

Conclusivamente, o seguinte esquema pode ser reconstituído a partir do entrelaçamento entre a questão central que norteou o trabalho e as duas teses aqui apresentadas:

- 1) a necessidade do controle técnico e profissional da violência foi a tendência geral dos exércitos modernos, situação da qual não esteve fora o Exército brasileiro;
- 2) no Brasil, como também alhures, o nivelamento das diferenças econômicas e sociais para ascensão na carreira das armas afastou a aristocracia do Exército nacional;
- 3) a “democratização” da corporação esteve associada ao processo de burocratização experimentado no período de 1870 a 1930;
- 4) a fração reformista do Exército brasileiro, ao defender a modernização do país, teve em mente, primariamente, o bem estamental; no entanto, tal posição implicou a defesa, também, por conseguinte, da modernização do país como um todo, porquanto o bem particular não poderia se realizar sem a consecução do bem maior;
- 5) a inserção dos reformadores militares na vida política do país ao longo do período assinalado expressou suas pretensões de se projetar à frente dos grupos oligárquicos no controle dos meios de violência.

Extravasando suas funções essencialmente militares, a fração reformista do Exército tornou-se peça-chave na montagem da modernização do país, sobretudo a partir de 1930. Em contrapartida, foi alto o custo político em relação à construção das instituições republicanas e democráticas no país.

VI. BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOTTMORE, T. B. *As Elites e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. “As forças armadas na Primeira República: O poder desestabilizador”, in: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*, volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 181-284.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CHATELÊT, François *et alli*. *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo do seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”, in: FAUSTO, Boris (org.). *Brasil republicano, volume 1: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 249-283.

DOMINGOS NETO, Manuel. “Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)”, in: Alain Rouquié. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 43-70.

_____. “Gemelin, o modernizador do Exército”, in: *Tensões Mundiais: revista do Observatório das Nacionalidades*. Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, vol. 3, n. ° 4, jan./jun. 2007, p. 219-256.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado (Ação Política, Poder e Golpe de Classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich. *Teoria: temas militares*. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

_____. “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, in: *Marx/Engels: obras escolhidas*, Lisboa: Edições “Avante!”, 1985, Tomo III, p. 228-374.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

_____. “Existe um pensamento político brasileiro?”, *in*: COMPARATO, Fábio Konder. *A república inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007.

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FERES Jr., João. *A história do conceito de latin america nos Estados Unidos*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. “Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional”, *in*: LESSA, Renato (org.). *Horizontes das Ciências Sociais, a Ciência Política*. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. *Os Militares e a democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. “A política, a guerra e os militares”. *In*: FIGUEIREDO, Eurico de Lima; CERQUEIRA Filho; Gisálio KONDER, Leandro (organizadores). *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. (org.). *Os militares e a revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. “The role of military in Latin America: a critical review of the literature”, *paper* apresentado na Society of Latin American Studies, Swansea University, England, Abril, 1975.

GIDDENS, Antony. *Estado-nação e violência*. São Paulo: Edusp, 2008.

HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo: Pioneira, 1975.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

KEITH, Henry Hunt. *Soldados Salvadores*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LARRAIN, Jorge. “Modernização”, in: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAIN, William. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LIEUWEN, Edwien. *Arms and Politics in Latin America* New York, Frederik, Prager Incorporate, 1960.

LOVE, Joseph. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”. in: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano, volume 1: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 99-122.

MARX, Karl. “Para a crítica da economia política”, in: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do antigo regime*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

McCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1973.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1968.

MOORE Jr., Berrington. *As origens da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES FILHO, Evaristo de. “Introdução”, in: MORAES FILHO (org.). *Comte: coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Editora Ática: 2000, p. 8-39.

MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

NUN, José. "The middle-class military coup", in C. Véliz (org.), *The politics of conformity in Latin America*, Londres, Oxford University Press, 1967, pp.66-118.

PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1974.

_____. "O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha". In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. Tomo III, vol. 1, livro 8, São Paulo: Difel, 1975.

_____. *A filosofia política positivista*. Rio de Janeiro: PUC Editora Universitária, 1979 (2 vols.).

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política", in: FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*, volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 7-37.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAMOS, Guerreiro. *Crise do poder no Brasil: problemas da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1961.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-omega, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio Janeiro: Campus, 1979.

_____. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SILVA, Hélio. *O primeiro século da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Amauri de. “Março ou Abril? Uma Bibliografia Comentada sobre o Movimento de 1964 no Brasil”, *in: Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 1, 1966.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A, 1975.

_____. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo, Global, 1985.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

WEBER, Max. “A política como vocação”, *in: GERTH, H. H.; MILLS, Wright. Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1974.

_____. “Estrutura do poder”, *in: GERTH, H. H.; MILLS, Wright. Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1974.

_____. *Economia e sociedade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEFFORT, Francisco C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

WIRTH, John D. “O tenentismo na Revolução de 1930”, *in: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os militares e a Revolução de 1930*, 1979, p. 37-59.

YOUNG, Jordan. "Aspectos militares da Revolução de 1930", *in*: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 1930*, 1979, p. 15-35.